

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE  
E DO MEIO AMBIENTE**

**WAGNER NERY COPOLA**

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:  
VÍDEO AULA COMO FERRAMENTA DE CAPACITAÇÃO DOCENTE –  
UM ESTUDO DE CASO**

**VOLTA REDONDA  
2019**

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE  
E DO MEIO AMBIENTE**

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:  
VÍDEO AULA COMO FERRAMENTA DE CAPACITAÇÃO DOCENTE –  
UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente do UniFOA como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Aluno: Wagner Nery Copola

Orientador: Prof. Dr. Adilson Pereira

**VOLTA REDONDA  
2019**

### **FICHA CATALOGRÁFICA**

Bibliotecária: Alice Tacão Wagner - CRB 7/RJ 4316

C781i Copola, Wagner Nery.

Inclusão de pessoas com deficiência: vídeo aula como ferramenta de capacitação docente: um estudo de caso. / Wagner Nery Copola. - Volta Redonda: UniFOA, 2019. 72 p. Il.

Orientador (a): Prof. Dr. Adilson Pereira

Dissertação (Mestrado) – UniFOA / Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente, 2019.

1. Ciências da saúde - dissertação. 2. Inclusão Educacional. 3. Educação – ensino superior. I. Pereira, Adilson. II. Centro Universitário de Volta Redonda. III. Título.

CDD – 610

## FOLHA DE APROVAÇÃO

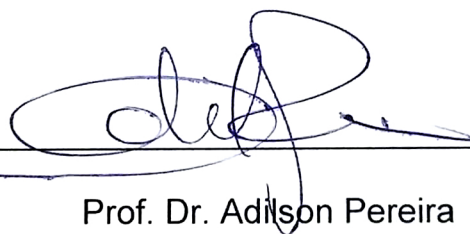
Aluno: Wagner Nery Copola

### INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: VÍDEO AULA COMO FERRAMENTA DE CAPACITAÇÃO DOCENTE

Orientador:

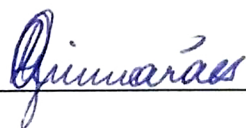
Prof. Dr. Adilson Pereira

Banca Examinadora



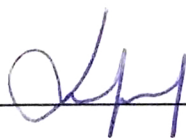
---

Prof. Dr. Adilson Pereira



---

Profa. Dra. Luiza Angélica Paschoeto Guimarães



---

Profa. Dra. Lucrécia Helena Loureiro

Dedico esse trabalho primeiramente ao meu aluno Fabrício, que serviu de base e inspiração para a construção desta pesquisa; que mesmo com sua tamanha dificuldade, não desistiu e enfrentou seus limites e barreiras colocadas no dia a dia. Dedico ainda, a todos aqueles alunos que apresentam limitações e deficiências, e aos guerreiros “mestres” que acreditam na possibilidade de romper com o tradicionalismo e propor novas formas de ensinar.

Agradeço a DEUS e a toda espiritualidade pela oportunidade da vida, que me proporcionou belas surpresas e grandes e valiosos desafios que resultou nessa singela pesquisa. Agradeço aos meus pais, que deram incentivos e sempre acreditaram que daria certo, sempre se orgulharam e nesse momento, não seria diferente. Aos amigos e familiares que mesmo não entendendo muito, respeitaram a ausência em quase todos os momentos. Ao UniFoa e UGB/FERP pelo apoio e abertura do espaço acadêmico. Ao meu querido orientador Prof. Dr. Adilson, pelo apoio, atenção, carinho e dedicação nesse período todo de produção, sua paciência foi fundamental. Em especial aos colegas do MECSMA Lidiane, Romero e Camila pelo companheirismo, risadas e conforto, o meu muito obrigado. Ao Alex que foi fundamental nesse processo, que me deu colo, que sorriu e sempre acreditou que eu daria conta do recado. Sou e sempre serei o seu maior orgulho.

“A EDUCAÇÃO é construída pelas diferenças e pelas oportunidades, que carregam consigo significados e aprendizados. É um lugar onde os sujeitos trazem suas marcas, suas histórias e principalmente a riqueza de ser diferente”  
(Wagner Copola)

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar como se dá a Inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior, realizando um estudo de caso em uma Instituição de Ensino Superior - IES – no perfil de Centro Universitário, propondo a criação de capacitação para docentes por meio de vídeo aulas, compreendendo, no atual estágio de progresso tecnológico, essa ferramenta como auxiliar na capacitação de docentes, frente a demanda de inclusão de pessoas com deficiência. Objetiva-se ainda, compreender como são desenvolvidas estratégias no Ensino Superior com vistas à Inclusão de Pessoas com Deficiência, identificando-se esses sujeitos, as barreiras físicas e atitudinais existentes no campo investigado. O estudo tem como suporte metodológico a pesquisa qualitativa, com fundamentos na epistemologia fenomenológica, adotando como metodologia da pesquisa a revisão de literatura e o estudo de caso. Acreditamos que os resultados da pesquisa podem subsidiar novas estratégias para a inclusão de Pessoa com Deficiência - PCD no âmbito do Ensino Superior e outros espaços da Educação Formal e não-Formal.

**Palavras-chave:** Inclusão Educacional. Educação. Ensino Superior.



## **ABSTRACT**

The present work aims to identify how the inclusion of people with disabilities in Higher Education, by carrying out a case study in an IES - in the profile of University Center, proposing the creation of training for teachers by video lessons, comprising , In the current stage of technological progress, this tool as an aid in the training of teachers, facing the demand for inclusion of people with disabilities. It also aims to understand how strategies are developed in Higher Education with a view to the Inclusion of Persons with Disabilities, identifying these subjects, the physical and attitudinal barriers existing in the field investigated. The study has as methodological support the qualitative research, based on phenomenological epistemology, adopting as research methodology the literature review and the case study. We believe that the research results may support new strategies for the inclusion of PCD in Higher Education and other spaces of Formal and Non-Formal Education.

**Keywords:** Inclusion. Education. Higher Education.

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 - Sujeito da Pesquisa - F.F.M.....   | 36 |
| Figura 2 - Sujeito da Pesquisa - F.F.M. (Foto de Ensaio Formatura).....                     | 37 |
| Figura 3 - Sala de Apoio à Educação Inclusiva – UGB/FERP.....                               | 39 |
| Figura 4 - Layout Canal “10 minutos de inclusão” por plataforma Desktop (notebook)<br>..... | 54 |
| Figura 5 - Layout Canal “10 minutos de inclusão” por plataforma Smartphone .....            | 54 |
| Figura 6 - Layout Teaser de Apresentação .....  | 55 |
| Figura 7 - Layout Vídeo aula 1 .....  | 57 |
| Figura 8 - Layout Vídeo aula 2 .....  | 58 |
| Figura 9 - Layout Vídeo aula 3 .....  | 59 |
| Figura 10 - Layout Vídeo aula 4 .....   | 60 |
| Figura 11 - Layout Vídeo aula 5 .....   | 60 |

## SUMÁRIO

|                |   |           |
|----------------|---|-----------|
| <b>1</b>       | <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>11</b> |
| <b>2</b>       | <b>A EDUCAÇÃO COMO DIREITO: REFLETINDO ESSA POSSIBILIDADE .</b>                                   | <b>15</b> |
| <b>2.1</b>     | <b>A escola como espaço de transformação e cidadania.....</b>                                     | <b>17</b> |
| <b>3</b>       | <b>A PERSPECTIVA SOCIAL E O PROCESSO DE INCLUSÃO x EXCLUSÃO .....</b>                             | <b>21</b> |
| <b>3.1</b>     | <b>Quando a pobreza também se torna exclusão.....</b>   | <b>23</b> |
| <b>3.2</b>     | <b>Aspectos sociais, históricos e legais da pessoa com deficiência .....</b>                      | <b>26</b> |
| <b>3.3</b>     | <b>Aspectos Relativos à Inclusão de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior.....</b>           | <b>29</b> |
| <b>4</b>       | <b>ACESSO E PERMANÊNCIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO .....</b> | <b>31</b> |
| <b>4.1</b>     | <b>Metodologia da Pesquisa.....</b>   | <b>31</b> |
| <b>4.1.1</b>   | <b>Procedimentos metodológicos.....</b>   | <b>32</b> |
| <b>4.1.1.1</b> | <b><i>Revisão bibliográfica.....</i></b>  | <b>32</b> |
| <b>4.1.1.2</b> | <b><i>Coleta de dados.....</i></b>  | <b>32</b> |
| <b>4.1.1.3</b> | <b><i>Análise dos dados .....</i></b>   | <b>34</b> |
| <b>4.2</b>     | <b>Apresentação dos Resultados do Estudo de Caso.....</b>   | <b>35</b> |
| <b>5</b>       | <b>VÍDEO AULA COMO FERRAMENTA DE CAPACITAÇÃO DOCENTE – PRODUTO DE ENSINO .....</b>                | <b>48</b> |
| <b>5.1</b>     | <b>Desenho do Produto .....</b>   | <b>49</b> |
| <b>5.1.1</b>   | <b>Explicação Geral do Produto .....</b>  | <b>49</b> |
| <b>5.1.2</b>   | <b>Teoria da aprendizagem Utilizada .....</b>   | <b>50</b> |
| <b>5.2</b>     | <b>Detalhamento do Produto.....</b>   | <b>53</b> |
| <b>5.2.1</b>   | <b>Teaser de apresentação do Canal.....</b>   | <b>55</b> |
| <b>5.2.2</b>   | <b>Vídeo aula 1 .....</b>   | <b>55</b> |
| <b>5.2.3</b>   | <b>Vídeo aula 2 .....</b>   | <b>57</b> |
| <b>5.2.4</b>   | <b>Vídeo aula 3 .....</b>   | <b>58</b> |
| <b>5.2.5</b>   | <b>Vídeo aula 4 .....</b>   | <b>59</b> |
| <b>5.2.6</b>   | <b>Vídeo aula 5 .....</b>   | <b>60</b> |
| <b>6</b>       | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>61</b> |
|                | <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>63</b> |

|                         |           |
|-------------------------|-----------|
| <b>APÊNDICE A .....</b> | <b>68</b> |
| <b>APÊNDICE B .....</b> | <b>70</b> |
| <b>ANEXO A .....</b>    | <b>71</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado tendo como motivação as experiências desenvolvidas ao longo de quatro anos junto a um jovem com deficiência física, presenciando-se os problemas decorrentes de suas limitações ocasionadas pela Paralisia Cerebral. O referido jovem, muito embora não tenha sequelas cognitivas, enfrenta grandes dificuldades relativas à locomoção e expressão verbal. Tendo atuado como estagiário do curso de graduação em Serviço Social, no decorrer do período mencionado, possuía dois status integrados, o de estagiário e o de estudante universitário, na mesma IES em que estava inserido. Como propiciar a inclusão de Pessoas com Deficiência? Essa questão tornou-se evidente no cotidiano das experiências desenvolvidas com o sujeito da pesquisa. Elas implicavam diretamente no aspecto do aprendizado e na apreensão de conteúdos em sala de aula.

Contudo, nesse cotidiano, as dificuldades enfrentadas pelo jovem substancializam aqueles problemas reiteradamente abordados na literatura científica e, de modo mais específico, os enfrentados pelos docentes no âmbito de sua atuação, quando se relacionam com discentes com deficiência. Assim, o que se coloca em questão é o conceito mais apurado do que seja Educação, e como ela pode ocorrer no espaço formal do Ensino Superior, cumprindo integralmente seu papel junto a esses sujeitos.

Se a compreensão do que é Educação a toma como processo de mudança de comportamento que ocorre em função de aprendizagens que podem ser projetadas, planejadas e avaliadas, entendemos que ela não seria apenas a transmissão do conhecimento, sua ação ilimitada permitiria ou deveria permitir ao aluno sua emancipação, apropriando-se, de forma crítica, de sua realidade, sem se limitar às deficiências presentes nesses discentes.

Nessa perspectiva Nunes (2014) aponta que o processo de democratização tem por base a garantia do acesso à escola e isso não pode desconsiderar a esfera do Ensino Superior, daí refletirmos essa questão de modo mais cuidadoso, isto é, percebendo-se que a entrada de Pessoa com deficiência - PCD no Ensino Superior é uma consequência das garantias de inclusão que devem estar presentes na Educação Básica.

Pereira (1999) afirma que “é preciso que a educação suscite o interesse pelo conhecimento, desenvolva a capacidade de análise e de síntese e abra as portas à criatividade”.

Assevera-se que o pleno acesso e a permanência da pessoa com deficiência na escola não é ainda uma realidade. Diversos fatores culturais, políticos e sociais ainda contribuem para a manutenção desse quadro de dificuldade, incluindo a negação do direito de acesso à educação, podendo ser este um dos fatores que contribuem para o baixo índice de pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho e/ou com rendimentos inferiores aos das pessoas sem deficiência. (DUARTE, 2013, p. 95).

O processo de afirmação da autonomia por meio da Educação não ocorre com a harmonia que seria necessária. Há contradições, uma das quais é a questão da exclusão social, geradora do preconceito, que ocorre no espaço educativo. Para Costa (2007), as formas de excluir ainda são mascaradas, sendo a sociedade diariamente ensinada a excluir, assim como aceitar políticas que ofertam os mínimos sociais. A esse modo alienado de reproduzir as formas de exclusão, soma-se aquela que naturaliza as várias formas de segregação praticadas no dia a dia, marginalizando ainda mais certos grupos.

Qual a realidade vivenciada por sujeitos submetidos à exclusão? De certo modo a resposta a essa questão nos parece difícil, pois são variados os sujeitos e variadas as formas de exclusão. Porém, há elementos norteadores que perpassam sujeitos diferentes e diferentes modos de exclusão. Conhecer de modo mais aprofundado o que ocorre com, pelo menos um sujeito, já nos seria fundamental.

Nesse sentido, a presente proposta de estudo enuncia um sujeito e uma modalidade de exclusão, ou seja, conhecer, compreender e avaliar como uma pessoa que tem deficiência física vivencia o cotidiano, tendo como perspectiva de vivência aquela que ocorre no espaço da educação superior. Trata-se, pois, de um estudo de caso, a partir da vivência reportada por um aluno com Paralisia Cerebral no ambiente da Educação Superior e as questões sociais que envolve seu cotidiano socio familiar e acadêmico.

A experiência docente em um Centro Universitário por vezes contemporiza uma rotina que se resume à preparação de administração de aulas e o necessário processo de avaliação. Contudo, um olhar mais atento nos possibilitaria compreender os múltiplos aspectos inerentes ao ambiente do Ensino Superior. A ampliação do acesso

de classes vulnerabilizadas ao Ensino Superior, nos aponta como indicativo a necessária reflexão acerca das Políticas de Inclusão que uma IES implementa, pois os sujeitos provenientes dos mais variados espaços sociais, também são variados, negros, pobres, pessoas com deficiência, entre outros.

Assim, a experiência delineada como docente e na atuação como Assistente Social e supervisor de estágio em Serviço Social em um Centro Universitário Privado, me colocou diante de um novo fenômeno, isto é, acompanhar o cotidiano de um aluno com Paralisia Cerebral. Dessa experiência, emerge o interesse pelo tema. Na realidade vislumbra-se a questão como desafio de pensar, de modo específico, a inclusão desse aluno com deficiência no Ensino Superior, frente às demandas apresentadas por ele. O conhecimento científico, em sua constituição, partiria da análise da descrição das experiências particulares com vistas a estabelecer a proposição de princípios, normas e práticas gerais que atendam a esse segmento discente. Essa seria a perspectiva de um estudo de caso com vistas a construção de uma reflexão tida como válida no âmbito discursivo acerca de fenômenos análogos a esse.

De antemão, o princípio do direito resguarda que todo deficiente deve ser tratado com base na igualdade, sem discriminação e deve ser incluído no âmbito que deseja ter acesso, como no espaço acadêmico.

O estudo parte desde as formas de acolhimento desse sujeito que apresenta uma deficiência, formas de atendimento, procedimentos a partir da real demanda apresentada pela pessoa com deficiência, até a real inclusão em sala de aula na Instituição de Ensino Superior. Assim, enunciamos como problema da pesquisa a seguinte questão: Considerando os marcos de regulação do Ensino Superior, como podemos estabelecer o processo de inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior?

Deste modo, temos como objetivo geral, analisar o processo de Inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior, a partir do estudo de caso em uma IES – no perfil de Centro Universitário, no intuito de subsidiar a capacitação de discentes e docentes.

Encontramos ainda, como objetivos específicos, a partir do sujeito participante:

- a) analisar o estado da questão a partir do levantamento bibliográfico nas bases de

dados de comunicação científica; b) identificar as barreiras físicas existentes na IES; c) identificar os problemas relativos às barreiras atitudinais existentes no âmbito acadêmico; d) avaliar o processo ensino-aprendizagem do aluno deficiente.



## 2 A EDUCAÇÃO COMO DIREITO: REFLETINDO ESSA POSSIBILIDADE

Pensar o conceito de cidadania, requer compreender todo o contexto histórico e político, perpassado pelos movimentos sociais, sendo fruto de lutas; ocupando lugar de destaque nas ações e discussões contemporâneas.

Cruanhes (2000) tendo por base a teoria de Libâneo (2005), conceitua a palavra cidadania, como uma “ação pela qual alguém se torna civil, habitante de uma cidade e passa a fazer parte de uma civilização”. Nesse mesmo conceito, o sentido etimológico da palavra, deriva da noção de cidade, onde o cidadão torna-se membro de um Estado, detendo direitos e deveres.

Percebe-se que na contemporaneidade o discurso da educação brasileira tem sido voltado para o princípio da igualdade; no entanto Pereira (2007) afirma que a sociedade permanece incapaz de conter a desigualdade social, pois, grande parte desse grupo em minoria (no que diz respeito ao acesso aos direitos sociais) está em situação de vulnerabilidade social, dessa forma, o debate e pesquisa desse contexto merece destaque.

Sabe-se que o inciso I do art. 5º da Constituição Brasileira aplica o princípio da Igualdade, afirmando que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Pereira (2007), apresenta um desafio em que todos devem se atentar, ao dilema de não apenas compreender a igualdade perante a lei, mas sim ao direito à igualdade mediante a eliminação das desigualdades como um todo.

Pontuar o conceito de igualdade requer assinalar o princípio de responsabilidade do Estado, no qual ele deveria promover ações a partir de Políticas Públicas que atendam e promovam oportunidades de acesso e inclusão de grupos que se apresentam em minorias no que diz respeito ao acesso às políticas sociais, compensando possíveis desigualdades e inviabilização aos direitos.

A partir dessa discussão, Pereira (1999), nos coloca uma indagação: “Como implantar o princípio da equidade e equiparação de oportunidades em uma sociedade que se estruturou a partir da desigualdade?”

Lógico que a partir da Constituição Federal e de legislações posteriores auxiliaram na caminhada para efetivação da garantia de direitos, em especial à pessoa com deficiência.

O Brasil é reconhecido mundialmente como um dos países que possui um aparato de marcos legais dos mais completos, e com mais políticas públicas voltadas para esse segmento. Contudo se perfilha a ideia de que ainda não tenhamos completado a transição de medidas assistencialistas para aquelas de caráter emancipatório. (PEREIRA, 2007, p. 23).

Diante disso, é importante que a Universidade, como fonte produção científica e formação, realize debates e pesquisa sobre o desafio colocado, apontando medidas das quais poderiam ser efetivadas no processo de inclusão, concretizando assim o princípio proposto em Lei que é a igualdade.

Nessa perspectiva,

O estado passa a atuar na busca de alternativas, através das políticas sociais, para o acolhimento dos interesses das minorias e a tratá-los na sua peculiaridade. É fundamental, contudo, a reflexão que se faz acerca do que são minorias e os grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social (PEREIRA, 2007, p. 24).

Cabe ressaltar que nem todos os grupos que estão em minorias, no que diz respeito ao acesso a direitos sociais, estão necessariamente em situação de vulnerabilidade social. Esses grupos por vezes, estão em maioria no que diz respeito ao número de pessoas em igual situação, sem acesso às políticas públicas que oportunizam real e igual acesso aos direitos.

Políticas públicas compensatórias são indispensáveis em nosso país, afirma Pereira (2007), uma vez que nossa estrutura política e econômica foi baseada no trabalho escravo; sendo as políticas públicas de proteção social cada vez mais indispensáveis na efetivação da cidadania.

“Quando se fala em cidadania, nas classes privilegiadas, fala-se claramente que as camadas mais pobres de nossa população estão despreparadas até para o exercício político, quanto mais para a cidadania”. (CRUANCHES, 2000, p. 31).

Cruanches (2000) afirma que ao fazer referência à cidadania como direito, a expressão de direitos fundamentais se faz entendida como uma associação à liberdade, aos direitos num geral e a garantias individuais, não deixando abster-se dos deveres inerentes do cidadão. A autora enfatiza a Declaração universal dos Direitos

do Homem (ONU, 1948), elencando os direitos expressos no documento, como imprescritível, inalienável e individual, destacando como direito social do cidadão, o acesso à educação.

Ainda corroborando na compreensão sobre os direitos fundamentais, a autora faz menção à Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, que assegura, no art. 5º “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”.

Cidadania sob o olhar jurídico é a expressão individual da vontade soberana do povo, expressas pelo conjunto de direitos e deveres; contudo, o conceito é mais amplo, devendo ser observado o aspecto político e social.

Os direitos civis, são destacados por Cruanes (2000), como aqueles que há a maior ocorrência de desrespeito à cidadania, sendo uma constante no Brasil; destacando o período da Ditadura Militar.

## 2.1 A escola como espaço de transformação e cidadania

Educação, em sua etimologia do latim *educere* significa extrair, tirar, desenvolver e de *ducere*, isto é, conduzir a pessoa a desenvolver suas potencialidades. Nesse sentido, o homem seria tomado como portador de potencialidades que necessitariam do reflexo dos incentivos e motivos pelos quais essas potencialidades seriam expressas e aperfeiçoadas. Assim, por meio da educação a pessoa se desenvolveria dignamente enquanto indivíduo, estando apta a desempenhar diferentes papéis sociais para os quais haveria a necessidade de maturação, sobretudo no âmbito profissional.

Segundo Rafael (2010), a educação é um processo social e como tal deve ser analisada de acordo com cada sociedade. A educação, em seu sentido amplo, tem como objetivo atingir todos os aspectos sociais do sujeito, preparando-o para a sociedade, num exercício de cidadania.

A educação é pressuposto para o alcance da cidadania burguesa, que se assenta sobre os princípios de liberdade e igualdade. Em base a estes princípios, a sociedade deveria oferecer, principalmente através da educação básica, condições igualitárias para que os indivíduos tivessem acesso ao exercício de uma cidadania ativa. (RIBEIRO, 2002, p. 122).

A educação é reconhecida, pela maior parte dos autores que tratam da cidadania, como um direito essencial enquanto propiciador das condições necessárias à inclusão no espaço público, ou seja, no campo da participação política. O direito ao acesso à educação para todos os cidadãos traduz a afirmação de um bem comum à comunidade política e ao compartilhamento, por parte de seus membros, do conhecimento como um valor. Porém, a inexistência da possibilidade de realização do direito à educação, ou a insuficiência de condições para o seu exercício, implica também que a igualdade de direitos e deveres de cidadania está anulada ou prejudicada. (ibid., p. 124).

Fazer referência à cidadania é elencar uma série de deveres e atitudes referentes ao indivíduo; ela deve ser conquistada à medida que exercemos nossos papéis na sociedade, de forma que, em nosso cotidiano, consigamos colocar em prática nossos conhecimentos obtidos através da educação.

Acredita-se que com a inclusão, não só a pessoa com deficiência é beneficiada, mas todos aqueles envolvidos neste processo educacional. A convivência com a diversidade humana favorece a construção de novas relações e experiências tão indispensáveis e fundamentais na formação contemporânea humana e no desenvolvimento dos professores, profissionais e alunos, ampliando para eles a compreensão dos conceitos de justiça e direito. (DUARTE, 2013).

Assim a inclusão se faria presente num exercício da cidadania, promovendo igualdade. Contudo, frente a essas novas demandas, que adentram a educação, variações da discriminação - fruto de um sistema político/ social excludente que, em sua modalidade capitalista privilegia o acesso ao sistema produtivo para aqueles que possuem formas padronizadas de atuação, isto é, desde a expressão de seus corpos, como os modos de pensamento, seriam privilegiadamente padronizados em função da manutenção do sistema produtivo. Essa lógica que seria norteadada pela relação produtos/consumo guarda consigo elementos que podem ser expressos de forma violenta, como violação de direitos. Esse problema tem conquistado mais espaços nos círculos de construção do conhecimento nas mais diversas áreas, por exemplo, a área jurídica, de assistência social, educacional, gestão empresarial, políticas públicas entre outras.

O preconceito tornaria-se cada vez mais presente em nosso sistema em todas as dimensões sociais, sobretudo naquelas atreladas ao sistema produtivo. Esse, por sua vez, tem na Educação Formal uma das bases de sua constituição e essa, por sua vez, teria a tendência de produzir formas de segregação.

No mundo contemporâneo, a inclusão do aluno com deficiência representa desafio, desde a modalidade de Educação Infantil até o Ensino Superior, em

instituições públicas e privadas. No Brasil, as estatísticas oficiais, estudos e pesquisas, elucidam principalmente a condição desse alunado em processo de inclusão na educação básica subsidiados pelas Declarações de Educação para Todos (UNESCO, 1990) e de Salamanca (ONU, 1994; DUARTE, 2013, p. 290).

Acredita-se que o espaço educacional, frente às múltiplas expressões da questão social, deveria ser um agente de inclusão:

Entendemos essa inclusão como o direito garantido de acesso e permanência destes alunos no processo formativo de modo a considerar, no currículo, a multiplicidade de culturas, bem como as diferenças de toda ordem, presente nos diversos contextos sociais (NASCIMENTO, 2012, p.104).

“A escola pode e deve ser uma das instâncias onde se constrói a cidadania”, aposta Cruanhes (2000), que afirma que o acesso a educação é um exercício de cidadania, e o conhecimento intelectual se faz presente como um pressuposto para a formação de um cidadão crítico.

Nesse sentido,

A educação deve formar cidadãos. Não há dúvida de que educar é crescer. Uma melhor situação na educação dos brasileiros é fundamental, não apenas do ponto de vista do crescimento como é também a maneira mais eficaz de aperfeiçoar a distribuição de renda no Brasil. Um dos grandes problemas da desigualdade, no Brasil, é o fato de que existem grandes diferenças educacionais que se transformam em grandes abismos de salário. (CRUANHES, 2000, p. 83).

Em nossa Constituição Federal, a educação está exposta nos artigos 205 e 206, como acesso em igualdade e direito de todos, tornando assim, indissociáveis a educação e a cidadania.

Sabemos que ainda há um grande número de analfabetismo no Brasil, contudo, não devemos deixar de citar àqueles que ainda tem o acesso impedido à escolarização (subescolarização), seja por falta de acesso à escola, por falta de políticas públicas eficazes que garantam a permanência dos mesmos e até mesmo o descaso do Estado, dando condições mínimas aos alunos e professores, além do espaço físico não suportar ou por ora não ser adequado àquela realidade; sem falar na qualidade do ensino prestado, que fica comprometido e que contrapõe o sentido da educação, que seria o exercício da cidadania, na medida que promove a mudança de comportamento, a quebra de paradigmas e prevê o desempenho dos diferentes papéis sociais como cidadão.

Uma das variáveis situações pedagógicas que enfrentamos no Brasil que merece ser citada é a questão da ausência, em nosso país, de uma vontade política para enfrentar decididamente a educação, como prioridade básica, ao lado da segurança alimentar e de serviços mínimos de saúde ao alcance de todos” Precisamos fazer com que o acesso igualitário à educação permita que cada cidadão brasileiro reclame e force a efetivação do direito universal a esta educação, cujo obstáculo único é a própria falta de formação e informação da grande maioria da população desta garantia constitucional e de sua abrangência (CRUANHES, 2000, p. 85-86).

Fala-se em democratização da educação no país, contudo, deve-se haver, para a efetivação desse processo, a participação popular, lutando pelo acesso pleno à educação por todas as camadas sociais, incluindo aqueles que não puderam completar a idade mínima de escolarização, assim como, o estreitamento das diversas políticas sociais, e utilização suficiente dos recursos, permitiriam a manutenção desse quadro.

### 3 A PERSPECTIVA SOCIAL E O PROCESSO DE INCLUSÃO X EXCLUSÃO

Ferreira (2007) coloca a inclusão como um enigma:

é de opinião que a inclusão total pode ser considerada uma utopia que, como toda utopia, tem 'seu valor simbólico e um investimento afetivo que deve ser alimentado'. A sociedade inclusiva, para a autora, 'é a utopia de um mundo perfeito', (...) O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas. de acordo com suas possibilidades, para cada um, de acordo com suas necessidades. (FERREIRA, 2007, apud GLAT, 1998, p. 27).

“A Inclusão e suas práticas giram em torno de uma questão de fundo: a produção da Identidade e da diferença”, afirma Mantoan (2011).

A diferença tem sido uma referência pela qual alguns grupos discutem seus traços a partir de concepções de “comunidade”, enfatizando as necessidades comuns desses grupos, na sociedade em geral; é uma referência pela qual demonstramos a desconfiança pós-moderna em relação a discursos unificadores, universalizantes, que povoam a escola e a sociedade em geral. Entretanto, a inclusão coloca em xeque a estabilidade da identidade, usualmente compreendida como algo fixado, imutável; denuncia o caráter artificialmente construído das identidades existentes, revelando o lado impensado, inexplorado destas e vai de encontro a todo modelo e padrão identitário tão celebrado pelas escolas (MANTOAN, 2011, p. 103).

Frente a isso, é colocada por Mantoan (2011) a “armadilha da inclusão”; uma vez que classifica-se a diferença do sujeito em modelos, que são alocadas pela semelhança de atributos e em muitos casos se desdobrando em subclasses, não levando em consideração que essa “diferença” pode apresentar mutações e demais características ao longo da trajetória. Outra questão seria, abstrair a essa diferença, e olhar o sujeito como universal, podendo dessa forma, a inclusão perder o seu aspecto, uma vez que a atitude e condução das ações frente ao sujeito, seriam iguais aos demais, não levando então em consideração as especificidades de cada um.

Devemos nos atentar, enquanto educadores, a um olhar cuidadoso, frente à demanda da inclusão, entendendo que cada sujeito apresentará suas diferentes características, que deverão ser levadas em consideração, para então conduzir nossas ações e aplicar métodos e metodologias de ensino.

Em grande parte, estamos habituados a não considerar as mutações das diferenças e deficiências apresentadas; mas sim, “acostumados” às formas de comparação dessas diferenças, apresentadas a partir da representação social da deficiência.

Ao fazermos comparações, estamos conduzindo nosso conceito a modelos fixos de diferenças, bem como criando grupos específicos para exemplificar as condições do sujeito, que é diverso.

A diferenciação para excluir limita o direito de participação social e o gozo do direito de decidir e de opinar de determinadas pessoas e populações e é ainda a mais frequente. Na contramão dessa tendência, a diferenciação para incluir está cada vez mais se destacando e promovendo a inclusão total pela quebra de barreiras físicas, atitudinais, comunicacionais, que impedem algumas pessoas em certas situações e circunstâncias de conviverem, cooperarem, estarem com todos, participando, compartilhando com os demais da vida social, escolar, familiar, laboral, como sujeitos de direito e de deveres comuns a todos (MANTOAN, 2011, p. 104).

Assim, se conseguirmos conotar as diferenças entre os sujeitos, a inclusão será fluída, permitindo reconhecer que seria uma reação da sociedade frente a diversidade, na qual a diferença é atribuída a um processo normal do indivíduo, e não a um processo discriminatório, que marginaliza os sujeitos, bem como, a pessoa com deficiência, que é o foco deste estudo.

“Os excluídos não são fruto do destino. São o resultado da maneira como é organizada a nossa sociedade”, afirma Cruanches (2000), pontuando sobre a naturalização da vulnerabilidade e desigualdade presente na sociedade.

A exclusão é o resultado do processo social que impossibilita o acesso de parte da população, aos bens e recursos disponibilizados pela sociedade, gerando a privação, o abandono e a expulsão dessa população da convivência social (SIMÕES, 2011, p. 358).

“A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar”. (MANTOAN, 2003).

A democratização do ensino, baseado no acesso à cidadania, equidade e justiça, possibilitou a entrada de diversos segmentos e grupos sociais na escola, entre eles, a pessoa com deficiência; contudo essa democratização do ensino e da aprendizagem não permite o acesso real ao conhecimento, excluindo assim,

os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela (MANTOAN, 2003, p. 18).



Mantoan (2003), afirma que pensar o ensino organizado em disciplinas e subdivididos em áreas específicas, se apresenta como uma barreira para aqueles que pretendem inovar a escola.

A sociedade carrega consigo algumas marcas, aspectos esses inerentes à pobreza, como a precarização da saúde, a informalidade no trabalho, situação habitacional insalubre, baixa escolaridade, suporte alimentar insuficiente, dentre outras situações.

Como exclusão social, afirma-se que,

abrange o rompimento das relações sociais e comunitárias; o expurgo, absoluto ou relativo, da vida social, em seus vínculos básicos, mesmo que o excluído usufrua de renda que satisfaça as necessidades básicas. (...). A exclusão social abrange, assim, diversas situações socioeconômicas e culturais de indivíduos ou famílias, que induzem à violação de direitos de seus membros, em especial (...) pessoas com deficiência (SIMÕES, 2011, p. 357).

Entende-se como vulnerabilidade,

uma dada situação social desfavorável, objetivamente considerada, em que está inserido o indivíduo”. É a condição, caracterizada por processos e situações sociais que gerem fragilidade, discriminação, desvantagem e exclusão da vida econômica, social e cultural. As vulnerabilidades são, em geral, objeto das políticas sociais (...) (SIMÕES, 2011, p. 316).

No contexto social brasileiro, ao afirmarmos a exclusão social, basicamente nos referimos ao contexto socioeconômico, que coloca o indivíduo ou a família em situação de vulnerabilidade.

### 3.1 Quando a pobreza também se torna exclusão

Yasbek (1996), fundamenta que a pobreza se caracteriza, a partir da desqualificação dos sujeitos pobres, onde são colocados como inferiores, frente ao seu comportamento, sua forma de expressão, bem como sua procedência de classe. Assim a dicotomia entre, pobreza e miserabilidade, determina as relações sociais e modelos de exclusão, são os chamados de “marginalizados sociais”.

Se olharmos a realidade brasileira, a pobreza pode ser definida por um conjunto heterogêneo, cuja unidade encontra-se na renda limitada, na exclusão da participação da riqueza material e cultural e, ainda, por uma subalternidade, expressão de uma legitimidade consentida, ofertada à violência tramada por estas redes de poder. Do ponto de vista da renda, com registro ou não em carteira, predominam rendimentos abaixo dos limites

necessários para evitar toda a sorte de privação daí advinda. (CRUANHES, 2000, p. 88-89).

Conceitua-se pobreza como,

o cidadão com acesso precário aos bens que satisfazem apenas as necessidades básicas, embora tão somente elas. De alguma forma, é aquele que recebe renda pessoal, ou da família ou de terceiros, mas que apenas lhe permite o acesso aos bens de sobrevivência social, (...). No âmbito da proteção social básica, o Programa Bolsa Família classifica a pobreza pela renda familiar entre 25% a 50% do salário mínimo; e a extrema pobreza até 25%, ponderando o número dos membros da família. (SIMÕES, 2002, p. 356).

No entanto, Yasbek (1996), explora a pobreza muito além da questão econômica. Para a autora, a condição de pobreza perpassa demais situações expostas pela questão social.

A pobreza e a exclusão social não se reduzem às privações materiais, alcançam o plano espiritual, moral e político dos indivíduos submetidos aos problemas da sobrevivência. A pobreza é muito mais que a falta de comida e habitação; é carência de direitos, de possibilidades, de esperanças. Neste sentido, ela é considerada mais vergonhosa do que outras modalidades. (YASBEK, 1996, p. 63).

Os serviços da Política de Assistência Social são destinados aos sujeitos que estão em situação de pobreza e vulnerabilidade social, em decorrência do não acesso aos direitos sociais, como por exemplo emprego e renda e também àqueles que por algum motivo se encontra em situação de risco social; ao contrário das demais Políticas, que compõe o Tripé da Seguridade Social: Saúde (direito universal) e Previdência Social (exige contribuição).

A Constituição Institui a assistência social como política de Estado, e portanto, como direito social (art. 6º da C. Federal), sob o princípio da universalidade de acesso, com a finalidade de inserir a população no sistema de bem estar brasileiro. (...) Defini-se assim, como política de proteção social, articulada com as demais políticas de garantia dos direitos sociais. Instituída pelos arts. 203 e 204 da Constituição Federal, foi regulamentada pela Lei n. 8742/1993 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). (SIMÕES, 2011, p. 189).

Assim, a Assistência Social, tem por finalidade assegurar as necessidades básicas do indivíduo em situação de vulnerabilidade, com base nas políticas públicas, para assim, reduzir a exclusão social a partir de estratégias que visam à promoção, autonomia e emancipação dessa camada da população, reconhecendo a cidadania como um direito.

No caso específico do nosso estudo, que é a pessoa com deficiência, a exclusão é mostrada em duas vertentes: a exclusão, a partir da falta de acesso às políticas públicas bem como o acesso precário à educação; e a exclusão, vista pela ótica da pobreza. Nesta última, a Política de Assistência Social se faz presente, organizando especialmente a quem se destina. No caso da pessoa com deficiência, que encontra-se em vulnerabilidade social.

A Constituição brasileira de 1988, no campo da assistência social, atribui o direito a: “todo portador de deficiência e a todo idoso que não possui meios, pessoais ou familiares, de prover sua manutenção, receberá um salário mínimo, na condição de benefício mensal.” (SPOSATI, 1991, p. 81).

Art. 203 da Constituição diz: “A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: **IV – a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria subsistência ou de tê-la provida pela sua família, conforme dispuser a Lei.** (SIMÕES, 2011, p. 193).

Assim, é instituído a partir da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) o Benefício de Prestação Continuada - BPC, que visa conceder a renda de 1 (um) salário mínimo à pessoa com deficiência ou ao Idoso (a partir de 65 anos), que não tenham como ter seu próprio sustento ou por sua família. Cabe ressaltar que em caso de renda familiar, essa não pode ultrapassar o limite de 25% da renda bruta familiar, ou seja, inferior a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do salário mínimo.

É pago diretamente ao beneficiário, mensalmente, enquanto perdurarem as condições aquisitivas do direito. Por isso, pode ser definitivo ou temporário. (...). Seu valor é de um salário mínimo mensal, sem descontos da contribuição previdenciária e sem abono anual (13º salário). (SIMÕES, 2011, p. 346).

O BPC auxiliar nas necessidades básicas daqueles, que estão em sua maioria, em situação de pobreza e miséria, fazendo parte, de uma das estratégias da Política de Assistência Social, que visa garantir a proteção social do indivíduo, possibilitando a ele e sua família, uma maior qualidade de vida e possibilitando o fortalecimento da autonomia.

Trata-se de um benefício da Assistência Social, sendo operacionalizado pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, que realiza as avaliações e perícias médica e social.

### 3.2 Aspectos sociais, históricos e legais da pessoa com deficiência

Historicamente sabe-se que houve pouco investimento por parte do Estado em ações direcionadas à saúde e educação para pessoas com deficiência ao longo do século XIX e na primeira metade do século XX. Sua atuação resumiu-se à criação de institutos que atendessem as necessidades de cegos e surdos, pois eram as únicas deficiências consideradas como possíveis de assimilação e aprendizagem a partir de uma abordagem específica. Cabe ressaltar que os poucos institutos estavam localizados apenas em grandes cidades do país.

Em função da escassez de serviços educacionais específicos para esse segmento por parte do Estado, a sociedade civil se mobilizou buscando qualidade de vida para as pessoas com deficiência que não eram reconhecidas enquanto cidadãos. Assim, foram criadas duas instituições: a Sociedade Pestalozzi em 1932 e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE em 1954.

Atualmente existem mais de 2000 instituições no país, oferecendo serviços especializados para deficiências variadas, prestando serviços nas áreas de educação especial, saúde e assistência social. É importante salientar que o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, agregou uma nova discussão sobre a equidade de direitos, em que as pessoas com deficiência tornaram-se incluídas, conforme Assembleia Geral em 1948.

As Escolas Especiais no Brasil configuraram-se como um espaço de garantia do direito à saúde, educação e socialização das pessoas com deficiência. Essa conquista deve-se à organização de familiares e amigos de pessoas com deficiência, visto o Estado permanecer omissivo diante dessa realidade latente. Apenas em meados da década de 1970, que os segmentos sociais compostos por marginalizados e discriminados conseguiram se organizar e lutar ativamente durante anos até o processo de redemocratização do país e da promulgação da Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 88 assegura direitos sociais, resultado de todas as mobilizações sociais advindas da década anterior e que criou força ao longo dos anos. A educação torna-se direito de todos. Na década de 1990, é proposta a política de inclusão escolar que assegura a toda criança independente de suas limitações frequentar o ensino regular.

Essa não foi uma iniciativa inovadora, visto que já na década de 1950, uma pequena parte dos alunos com deficiência intelectual já frequentavam escolas regulares. Entretanto, eram separados nas chamadas classes especiais, interferindo no desenvolvimento pleno à todas as atividades escolares e limitando a convivência com os demais alunos ditos “normais”.

Assim, ficou estabelecido um novo acesso e garantia para que as pessoas com deficiência tivessem acesso à escolarização. Já em 1994, a composição da Política Nacional de Educação Especial com base na Constituição Federal (1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.024/61), no Plano Decenal de Educação para Todos (1993) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) delineava ainda mais sobre o acesso desse segmento à escolaridade como um todo.

Com todos os avanços legais, percebe-se que há décadas já eram propostas a perspectiva de inclusão escolar. Entretanto, na atualidade ainda se mostra inviável para uma grande parcela da população devido à falta de estrutura física das escolas, despreparo dos professores, e principalmente, pelo modelo educacional arcaico.

O objetivo da educação especializada não deve ser o de adaptar conteúdos, mas sempre que possível, buscar a assimilação da leitura, da escrita e da quantificação, de acordo com as potencialidades de cada aluno. Acima de tudo, as escolas devem estar preparadas para atender a todos os alunos e, não somente, os considerados “educáveis”.

No atual contexto neoliberal, fica explícito o processo de massificação da educação. Conseqüentemente, alunos de diferentes faixas etárias e de diferentes classes sociais passaram a ter acesso à educação. Entretanto, o conteúdo das matérias permaneceu reproduzindo a lógica da competitividade e da valorização do desempenho. Desta forma, os alunos cujas famílias possuam menor poder aquisitivo levam clara desvantagem em relação aos demais.

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu artigo primeiro, “pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade como as demais pessoas”.

O artigo primeiro torna-se importante por estabelecer uma relação de igualdade com as demais pessoas ao gozar dos direitos humanos e de sua liberdade fundamental, do que criar novos direitos. Ele tem por instrução estabelecer uma relação de igualdade, entendendo esta como “um composto que pressupõe o respeito às diferenças das pessoas, não significando o nivelamento de personalidades individuais.

Portanto compreende-se que é necessário tratar sobre a pessoa com deficiência, através de um véis justo, igualitário e democrático, para atender as prerrogativas do artigo primeiro da Convenção de 2008 e recuperar uma história excludente com a pessoa com deficiência que se marcou ao longo dos anos. Assim, ganhar os espaços hoje nas ruas, são formas de resgatar o que antes era considerado como impossível. Contudo, ainda vemos nos dias atuais, estas dificuldades presentes.

De acordo com a recomendação do Programa Nacional de Direitos Humanos em sua terceira versão- PNDH3, em seu Objetivo Estratégico IV, (que descreve os tipos de deficiências), atentaremos apenas à deficiência física, por se tratar mais especificamente deste pesquisa, logo:

- Deficiência física: uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membros, paralisia cerebral (AVC), nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida excepcionadas as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. **(DF)**

O Estatuto da Pessoa com Deficiência em seu artigo segundo, define

pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Assim,

Diante destas constatações e das inúmeras mudanças que vemos hoje eclodir na sociedade, surge o movimento da inclusão, que é consequência da

visão social de um mundo democrático, onde se anseia respeitar direitos e deveres de todos, independente das diferenças de cada um. A limitação de uma pessoa não pode diminuir seus direitos. As pessoas com deficiência são cidadãos e fazem parte da sociedade e esta deve se preparar para lidar com a diversidade humana. (DUARTE, 2013, p. 291).

Nesse sentido, o Estatuto da Pessoa com Deficiência também define o conceito de acessibilidade,

acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; (BRASIL, 2015).

Canêdo (2013) afirma que,

o termo acessibilidade começou a ser utilizado na área da deficiência, estava restrito ao ambiente construído e designava a eliminação de barreiras arquitetônicas. É de grande importância um ambiente acessível, pois este, não é apenas para as pessoas com determinadas características físicas, com isso, pode oferecer qualidade de vida a todos, além de segurança e propiciar também a convivência e interação entre pessoas diferentes. (CANÊDO, 2013: 19).

O conceito de barreiras, segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência seria,

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. (BRASIL, 2015).

Devemos nos atentar mediante os tipos de barreiras existentes, não levando em consideração somente àquela que se percebe diariamente, chamada física. Outro importante fator seria a barreira atitudinal, existente nas atitudes de diversos profissionais e sujeitos da sociedade.

### **3.3 Aspectos Relativos à Inclusão de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior**

Pensar em acessibilidade no Ensino Superior, é poder pensar em todas as formas de acesso dessa pessoa com deficiência, desde seu atendimento e acolhimento na Instituição, até a sua real efetivação da inclusão em sala de aula,

oportunizando e garantido o acesso facilitado, não só às dependências físicas, mas também ao conteúdo pedagógico, assegurando uma educação de qualidade e sem barreiras.

No Ensino Superior essa realidade ganha maior visibilidade. Numa sociedade excludente, com valores pautados na acumulação e expropriação de direitos, principalmente os sociais, mesmo com programas de incentivo ao ingresso no chamado 3º grau, as barreiras encontradas por pessoas com deficiência ultrapassam os avanços alcançados. Isso porque um aluno com deficiência nas salas de aula de uma universidade implica na adaptação de mobiliário, sinalização, eliminação das barreiras arquitetônicas dentre uma série de outras exigências legais. O custo é alto e o público de certa forma pouco atraente, já que vai de encontro com a lógica do próprio sistema capitalista.

Além disso, o processo educacional que antecede o ingresso na universidade já é em si mesmo excludente. Diante de tantas barreiras para se adaptar ao currículo, à convivência na comunidade escolar e as próprias limitações impostas pela deficiência, fica mais difícil conseguir concluir todos os ciclos para finalmente alcançar essa nova etapa da vida estudantil.

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. (SAWAIA, 2001, p. 8).

Essa corrente teórica embora não negue as oportunidades que a inclusão proporcionou, torna clara que ela ainda é negada, seja de forma explícita quando não são cumpridas as determinações legais, seja subliminar, quando se “aceita” na verdade negando o acesso a todo o processo educativo.

Moreira (1999), enfatiza como “polêmico”, o processo enfrentando pelo Ensino Superior, no que tange a Inclusão, seja por docentes, discentes e até mesmo dirigentes de Instituições de Ensino.



## **4 ACESSO E PERMANÊNCIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO**

### **4.1 Metodologia da Pesquisa**

A metodologia é parte fundamental de um projeto, pois auxilia o pesquisador a traçar caminhos mais seguros e lógicos para suas indagações e questionamentos sobre a temática a ser estudada, nela encontramos técnicas e procedimentos básicos.

No entanto, Ventura (2007), afirma que “toda pesquisa científica necessita definir seu objeto de estudo e, a partir daí, construir um processo de investigação, delimitando o universo que será estudado”.

Métodos quantitativos e qualitativos são mais que apenas diferenças entre estratégias de pesquisa e procedimentos de coleta de dados. Esses enfoques representam, fundamentalmente, diferentes referenciais epistemológicos para teorizar a natureza do conhecimento, a realidade social e os procedimentos para se compreender esses fenômenos. (BAUER, 2002, p. 45).

Para Bauer (2002), “toda pesquisa social empírica seleciona evidência para argumentar e necessita justificar a seleção que é a base de investigação, descrição, demonstração, prova ou refutação de uma afirmação específica”.

Para a condução de nossa pesquisa, foi adotada a abordagem qualitativa com o enfoque epistemológico da fenomenologia. Compreendemos que a abordagem qualitativa responde a questões muito particulares, pois se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que corresponde a um espaço mais profundo das relações sociais, utilizando processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1996).

No que diz respeito ao enfoque epistemológico, analisamos que a fenomenologia, por tratar de questões relativas à descrição vivencial, isto é, daquelas questões que estariam imersas na subjetividade e que mereceriam a necessária atenção mediante a aplicação de recursos metodológicos com essa capacidade, seria a mais adequada. Segundo Dartigues (1992), deve-se compreender o conceito de fenomenologia como o estudo dos fenômenos humanos e a sua subjetividade, inerente ao pensamento, comportamento e atitudes. Nessa linha de interpretação

Pereira (1999), entende que “a partir deste princípio, podemos afirmar que a fenomenologia pretende ser ciência de essências e não de dados de fato, por privilegiar a vivência sem enclausurá-la”.

Enfim, ao enunciarmos um tratamento fenomenológico, queremos indicar que a presente pesquisa tem por base metodológica descrever as vivências mediante os registros verbais que trazem consigo o modo como determinado sujeito experienciaria a realidade de modo *sui generis*, isto é, de modo único. Para tanto, o sujeito de nosso estudo de caso é deficiente físico, com sérios comprometimentos locomotores que atingem a mobilidade e a expressão de fala. Contudo, o sujeito de nosso estudo de caso tem o aparato cognitivo totalmente preservado, sendo consciente de todos os atos e processos que vivencia.

Importante ressaltar que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos sob o número CAAE: 67159417.1.0000.5609.

#### 4.1.1 Procedimentos metodológicos

##### 4.1.1.1 Revisão bibliográfica

Foram realizadas revisões bibliográficas sobre a temática de inclusão, aspectos expressivos sobre educação e cidadania, e demais literaturas significativas.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. (GIL, 2002)

Ventura (2007) afirma que a revisão bibliográfica é sempre útil para fazer comparações com outros casos semelhantes, buscar fundamentação teórica e também para reforçar a argumentação de quem está descrevendo o caso.

Em contrapartida, Gil (2002), esclarece que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

##### 4.1.1.2 Coleta de dados

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados a entrevista, que para Bauer (2002), se apresenta como uma metodologia amplamente empregada nas ciências

sociais empíricas, considerando esse instrumento o mais adequado para pesquisas que tenham por objetivo mapear e compreender o mundo da vida do sujeito, e ainda, abarcar a relação dele com o contexto social.

Para Minayo (1996), a entrevista nos fornece dados primários e secundários referentes:

A fatos, idéias, crenças, maneira de pensar; opiniões, sentimentos, maneiras de sentir; maneiras de atuar; conduta ou comportamento presente ou futuro; razões conscientes ou inconscientes de determinadas crenças, sentimentos, maneiras de atuar ou comportamentos. (MINAYO, 1996, p. 108).

Gomes (2008) apresenta a entrevistas como a principal fonte de evidências de um estudo de caso.

Assim, a “entrevista aberta” seria a mais indicada para esta investigação, pois permite ao informante a possibilidade de se expressar livremente sobre o tema proposto.

Logo,

É importante também utilizar categorias de análise derivadas de teorias que sejam reconhecidas no campo do conhecimento. Isso faz com que a interpretação dos dados não envolva julgamentos implícitos, preconceitos, opiniões de senso comum etc. (VENTURA, 2007, p. 385).

Gomes (2008), compartilha da ideia de que o estudo de caso tem sido recorrente, escolhido como ferramenta metodológica na investigação de fenômenos educativos.

Segundo Gil (2002) “pode-se dizer que, em termos de coleta de dados, o estudo de caso é o mais completo de todos os delineamentos, pois vale-se tanto de dados de gente quanto de dados de papel”.

o estudo de caso tem origem na pesquisa médica e na pesquisa psicológica, com a análise de modo detalhado de um caso individual que explica a dinâmica e a patologia de uma doença dada (...) tornou-se uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Atualmente, é adotado na investigação de fenômenos das mais diversas áreas do conhecimento, podendo ser visto como caso clínico, técnica psicoterápica, metodologia didática ou modalidade de pesquisa. (VENTURA, 2007, p. 384).

Ainda Segundo Ventura (2007), o estudo de caso se apresenta como modalidade de pesquisa e metodologia de estudo, uma vez que o objeto de estudo se

define num caso específico, onde se contextualiza o espaço, tempo e lugar e situa o indivíduo ou caso singular.

Para os estudos de caso (...) que priorizam a abordagem qualitativa da pesquisa, as características consideradas fundamentais são a interpretação dos dados feita no contexto; a busca constante de novas respostas e indagações; a retratação completa e profunda da realidade; o uso de uma variedade de fontes de informação; a possibilidade de generalizações naturalísticas e a revelação dos diferentes pontos de vista sobre o objeto de estudo. (VENTURA, 2007, p. 384).

as vantagens dos estudos de caso: estimulam novas descobertas, em função da flexibilidade do seu planejamento; enfatizam a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo e apresentam simplicidade nos procedimentos, além de permitir uma análise em profundidade dos processos e das relações entre eles. (VENTURA, 2007, p. 386).

Com efeito nos estudos de caso, Gil (2002) enfatiza que os dados do estudo podem ser obtidos mediante análise de documentos, entrevistas, depoimentos pessoais, observação espontânea, observação participante e entre outros.

A pesquisa foi realizada no Centro Universitário Geraldo Di Biase – UGB/FERP, instituição esta, que recebe pessoas com deficiência; contudo apesar de receber tais sujeitos, é necessário identificar se a Instituição está preparada para receber esse público, promovendo a Inclusão social.

#### *4.1.1.3 Análise dos dados*

Sabemos que o objetivo da pesquisa é o de conhecer a realidade vivencial do sujeito entrevistado, recuperar a memória de sua história pregressa e atual em relação aos aspectos vivenciais inerentes ao problema da relação inclusão/exclusão.

Entre os vários itens de natureza metodológica, o que apresenta maior carência de sistematização é o referente à análise e interpretação dos dados. Como o estudo de caso vale-se de procedimentos de coleta de dados os mais variados, o processo de análise e interpretação pode, naturalmente, envolver diferentes modelos de análise. Todavia, é natural admitir que a análise dos dados seja de natureza predominantemente qualitativa. (GIL, 2002, p. 141).

Foi utilizada para a análise dos dados obtidos por meio da entrevista com o sujeito da pesquisa, a análise de discurso.

Medrado e Spink (2004), situa a “análise de discurso” fundamentada na teoria das representações sociais, partindo da sua distinção entre “discurso” e “práticas discursivas”.

O discurso, nessa perspectiva, remete ao uso institucionalizado da linguagem e de sistemas de sinais de tipo linguístico. Esse processo de institucionalização pode ocorrer tanto no nível macro dos sistemas políticos e disciplinares, como no nível mais restrito de grupos sociais. Para as finalidades de nossa análise, consideramos o discurso sobre a inclusão.

Diferente do discurso, o conceito de práticas discursivas remete aos momentos de ruptura, de produção de sentidos, correspondendo aos momentos ativos do uso da linguagem. Elas expressam tanto a ordem do discurso institucionalizado quanto a diversidade da produção de sentidos pelo sujeito, quando se posicionado nas relações sociais cotidianas.

Apresentar uma postura crítica, um ceticismo à visão do outro e compreender que o conhecimento é socialmente construído pelos processos sociais, faz parte da perspectiva da análise de discurso (BAUER, 2002)

## 4.2 Apresentação dos Resultados do Estudo de Caso

O Estudo de Caso realizado, agora apresentado, serviu como subsídio para esta pesquisa, dando-se a partir da vivência como Docente e Supervisor de Estágio em Serviço Social de um aluno com deficiência, no Centro Universitário Geraldo Di Biase – UGB/FERP <sup>1</sup>.

O Centro Universitário Geraldo Di Biase, é dividido em três campi, e mantido pela Fundação Rosemar Pimentel - FERP que é uma pessoa jurídica, sem fins econômicos. Possui certificado de entidade Beneficente de Assistência Social e Certificado de Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS/VR. Tem como missão “Habilitar profissionais das diferentes áreas do conhecimento, aptos a intervir nos diversos segmentos sociais, tendo como referência o pensamento crítico reflexivo, a postura ética e o compromisso com a transformação da sociedade”.

---

<sup>1</sup> Histórico e demais informações retiradas do site da Instituição, [www.ugb.edu.br](http://www.ugb.edu.br).

Em meados da década de 60 em Barra do Pirai, um homem com espírito empreendedor resolveu enfrentar um desafio: implementar no Sul Fluminense uma instituição de ensino superior, uma das pioneiras na região, surgia a Fundação Educacional Rosemar Pimentel - a FERP, criada pelo então deputado estadual Geraldo Di Biase em 9 de novembro de 1967 para ser mantedora das faculdades que seriam instaladas a seguir. O nome da Fundação foi escolhido como homenagem a um dos mais respeitados e dedicados educadores do interior do Estado, Rosemar Pimentel, um dos pioneiros da instalação do ensino secundário em Barra do Pirai.

Atualmente o UGB/FERP, conta com 20 cursos ativos de graduação<sup>2</sup>, além de cursos de pós graduação, MBA e cursos de extensão e aperfeiçoamento nas mais variadas áreas de conhecimento.

O estudo foi desenvolvido junto a um jovem de 28 anos (F.F.M.), com Paralisia Cerebral. Segundo a Associação Brasileira de Paralisia Cerebral, é um termo geral que engloba manifestações clínicas muito variadas, que tem em comum a dificuldade motora em consequência a uma lesão cerebral<sup>3</sup>.

Figura 1 - Sujeito da Pesquisa - F.F.M.



Fonte: do autor, 2019.

---

<sup>2</sup> Informação obtida no UGB/FERP em agosto de 2017.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://paralisiacerebral.org.br/saibamais05.php>>.

A Paralisia Cerebral não tem cura, por se tratar de uma consequência de uma lesão irreversível no Sistema Nervoso Central, que compromete toda parte motora e de linguagem e expressão; no caso em especial do Sujeito de Pesquisa, o mesmo apresenta toda sua parte cognitiva totalmente preservada.

F.F.M., apresenta deficiência desde seu nascimento, e a partir desse diagnóstico, sempre realizou acompanhamento médico-terapêutico, seja na área Neurológica, de Psicologia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Estimulação entre outros. Sempre em instituições públicas que realizam atendimento e acompanhamento a pessoas com deficiência, seja da rede de Educação ou Saúde.

Hoje bacharel em Serviço Social (formado em Janeiro de 2017); de origem pobre, Fabrício enfrentou todas as barreiras visíveis e invisíveis, no que diz respeito às limitações físicas e financeiras, provações, desafios e surpresas ao longo de sua jornada acadêmica.

Figura 2 - Sujeito da Pesquisa - F.F.M. (Foto de Ensaio Formatura)



Fonte: do autor, 2019.

F.F.M. ingressou no UGB/FERP, na Graduação em Serviço Social em Fevereiro de 2013, através do Prouni, que é um programa do Ministério da Educação que oferta bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de Nível Superior, que dentre, as especificações para ser contemplado, é ter estudado em escola pública ou particular com bolsa; apresentar renda per capita de até um salário mínimo e meio; ser pessoa com deficiência dentre outros <sup>4</sup>.

Apesar das limitações enfrentadas devido a sua deficiência, outra questão exposta e de grande relevância se fazia presente, era a sua condição como sujeito em situação de vulnerabilidade e pobreza. F.F.M, é de uma família pobre, de pais sem escolaridade e inseridos no mercado de trabalho informal, o que equivale sua renda ao mínimo; contudo, o jovem é contemplado com Benefício de prestação Continuada<sup>5</sup>, devido a sua deficiência e sua fragilidade financeira, sendo a única fonte de renda fixa da família.

Minha trajetória com o Sujeito da Pesquisa, é de longa data, que teve início em 2007, no meu primeiro estágio curricular em Serviço Social, no CEAT, Centro de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais, era um setor de atendimento clínico da Educação Especial da Prefeitura Municipal de Barra Mansa-RJ, cidade onde Fabrício ainda reside. Lá, no departamento de Serviço Social, tive meu primeiro contato com o ele, nos atendimentos e estudos sociais realizados.

Posteriormente, já na Universidade, em atendimento como Assistente Social, como professor, e também como supervisor de estágio, F.F.M. adentrou meu universo, aflorando minhas inquietações sobre a Inclusão.

A partir do roteiro de entrevista proposto e da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o jovem concordou em participar da pesquisa e iniciamos nossa entrevista, na própria Universidade, na Sala de Apoio à Educação Inclusiva.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br/>>



O Instrumento utilizado foi composto por entrevista semiestruturada individual, cujo roteiro foi composto por questões abertas. A coleta de dados foi realizada utilizando-se de gravação.

Figura 3 - Sala de Apoio à Educação Inclusiva – UGB/FERP



Fonte: do autor, 2019.

Esclarecido acerca da proposta da pesquisa de Dissertação de Mestrado, foi solicitado a gravação da entrevista e o mesmo concordou, com um simples balançar de cabeça, em sinal positivo, foi possível observar tamanha euforia do mesmo em participar e expressar sua vivência, angústias e satisfações.

Vale ressaltar que as perguntas feitas, estão em **negrito** e as respostas e demais expressões orais do entrevistado estão em modo *itálico*.

Iniciamos, e solicitei ao entrevistado que se apresentasse, falando nome, idade, cidade e bairro de residência e pessoas que residem com o mesmo.

O entrevistado disse seu nome todo, local em que morava, falou o nome dos seus pais e enfatizou a forma de trabalho dos mesmos:

– *“Minha mãe cuida da casa, cuida de mim e faz artesanatos e vende, ela faz várias coisas; já meu pai as vezes faz bico como ajudante de pedreiro. E a comunidade ajudou a arrumar minha casa e também fez a adaptação pra mim. A casa tava caindo”.*

Reside em casa precária, e recentemente recebeu ajuda da comunidade em que mora, na reforma e adaptação dos cômodos para melhor locomoção do mesmo. Fabrício verbalizou as condições da estrutura física da residência, que estava com muitas rachaduras. (SIC)

A condição da pobreza sempre se fez presente no cotidiano familiar, e as limitações aumentaram, devido a sua deficiência, os gastos se tornaram ainda maiores.

– *“Eu recebo o BPC, e isso me ajuda e ajuda os meus pais a comprarem as coisas”.*

Perguntei ao entrevistado nesse momento, sobre sua deficiência, se ele sabia o motivo e seu diagnóstico clínico:

– *“Eu acho que faltou oxigênio no parto, mas não sei explicar muito bem”.*

Iniciamos as perguntas propostas no roteiro de entrevista, e foi indagado ao entrevistado, **Pergunta 01 - “O que é deficiência para você?”:**

– *“Eu me sinto inútil para a sociedade, eu me odeio por ter essa deficiência, me sinto frustrado por não me locomover sozinho e não conseguir fazer o que gosto”.*

– *“Deficiência é incapacidade, porém alguns conseguem trabalhar e outros não servem pra nada”.*

Nesse momento, foi observado que o entrevistado ficou extremamente agitado, exaltado, com o tom de voz alto. Ficou nervoso ao se identificar na condição de deficiente, ou incapaz, na própria visão dele.

Diante dessa realidade vivencial foi questionado sobre sua própria deficiência, **Pergunta 02 – “Qual a sua deficiência e limitações?”**

– *“A dificuldade em andar é a minha maior limitação. Escrever, pegar as coisas com minhas próprias mãos também atrapalham, pois não consigo. Isso é horrível”.*

Cabe ressaltar que as respostas foram elaboradas e respondidas pelo entrevistado simultaneamente à pergunta, havendo momentos de pausas, causadas pelo próprio entrevistado, com um respirar profundo e ofegante, demonstrando sua inquietação.

– *“Eu fico muito triste, sinto vontade de tomar veneno para me matar; sinto que esse corpo não é meu, eu queria trocar de corpo, ter outra vida”.*

Fogli (2008), coloca que “o processo de aceitação da diferença não se dá exclusivamente por leis e decretos, embora estes instrumentos sejam de extrema relevância”.

Imediatamente às falas do entrevistado, indaguei: **“Mas você se sente incapaz, já que estuda?”**

– *“Eu dependo dos outros pra comer, sei que não posso trabalhar como eu queria; jogar futebol. Não consigo acompanhar meus amigos pra passear, pra viajar... Eu dependo demais da minha mãe. Ela tem que me levar pra ir no banheiro, pra tomar banho. Eu fico preso dentro de casa”.*

**Qual foi seu maior desafio até hoje?**

– *“Primeiro foi no colégio que estudei, eu tive uma professora que disse que eu tinha que ir embora de lá, pois pra ela eu era um peso pra turma toda. Tinha que ficar parando pra me dar atenção, eu não escrevia”.*

– *“Depois em outro colégio, uma vez escutei uma porteira dizendo que ali não era meu lugar, não tinha que estudar ali”.*

- *“Depois enfrentei problemas pra ir estudar na faculdade. Nenhuma van queria me aceitar, porque eu era deficiente. Tinha que ter alguém pra me colocar dentro do carro, me tirar e levar até dentro da faculdade. Eu também não tinha dinheiro; daí uma ex professora minha conseguiu uma vaga na van e a Igreja começou a pagar pra mim”.*

Percebemos a falta de preparo docente, bem como dos profissionais inseridos no contexto da escola, no caso em especial, colhida nas falas do entrevistado, na educação básica.

Tais representações sociais acerca da deficiência, impossibilita a garantia e efetivação dos direitos, uma vez que a deficiência está associada a limitação, que de forma genérica e de senso comum traz transtorno e “dá trabalho”.

(...) não podemos nos restringir (...) a discutir situações de sala de aula e quaisquer outras que são próprias do universo escolar, sem que tenhamos subjacente a esses quadros uma posição sobre o que entendemos hoje por processos de identificação, produção da desigualdade, exclusão, igualdade

de oportunidades e outros. O que temos pela frente é um trabalho bastante complexo, cheio de ramificações e que precisa de uma base conceitual forte e do conhecimento de novas práticas pedagógicas, para que seja desenvolvido adequadamente, sem cair nos “achismos e modismos”, nas soluções paliativas, nos desvios que comumente temos presenciado, quando se tem como objetivo a inclusão escolar. (MANTOAN, 2006, p. 4).

– *“Já na faculdade, eu tive uma tutora, que era pra me auxiliar, mas eu nem sabia quem era, nem a própria menina me avisou. Eu já tive duas tutoras”.*

Percebe-se ainda que, um direito do aluno com deficiência ou necessidades educacionais especiais, que seria o suporte de um tutor, simplesmente passa despercebido, não tendo sua compreensão, valor e/ou sua função distorcida, comparando-se a um simples “cuidador e babá”.

Cordeiro (2017) afirma que “a tutoria ou mediação dentro do contexto escolar, embora muito confundida, na verdade deve ser entendida como a atitude, o comportamento do professor que se coloca como um facilitador, incentivador ou motivador da aprendizagem”

Não existe uma receita única para trabalhar, cada caso é um caso, o que funciona para um, talvez para o outro não seja tão útil. Por isso faz-se tão necessário o tutor conhecer o aluno para que, embasado em suas experiências, possa discutir com a equipe pedagógica e com a equipe multidisciplinar, que fazem o acompanhamento do aluno, qual seria a melhor estratégia. Com a necessidade que esse apresenta, o tutor mais professor da sala poderão aprimorar os objetivos pré-estabelecidos e assim desenvolver uma aprendizagem significativa para o aluno. (CORDEIRO, 2017, p. 17).

A autora ainda sinaliza sobre a importância do tutor ser um profissional já formado, e que ele assuma todo o período letivo e/ou de formação daquele aluno com deficiência, com o qual está trabalhando, sendo que seu trabalho seja capaz de ultrapassar as dificuldades e limitações do aluno, construindo os conhecimentos, trabalhando as informações, organizando e participando do cotidiano de ensino.

### **E sua família, como vê suas limitações?**

– *“A minha mãe dá muito apoio; o meu pai não dá apoio nenhum. Ele é ‘alcoólatra’; ele acha que eu não devo ficar sonhando, que pra mim é impossível”.*

– *“Quando minha mãe ficou doente, foi uma prova, porque ela ficou no hospital e ele não cuidava. Eu não comia, ou então, quando eu comia, era comida azeda. Ele não fazia as coisas pra mim”.*

– *“Acho que ele não gosta muito de mim”*

Frente a isso, Fogli (2008) enfatiza que “é preciso ter em mente que uma proposta de inclusão implica transformação de relações sociais sedimentares, já que não se pode fazer uma lei que obrigue as pessoas a gostar uma das outras e respeitar suas diferenças”.

A relação familiar e sua relação com o cuidado, é extremamente necessária, podemos afirmar que é o primeiro ambiente e também a referência no que diz a garantia de direitos, afeto e o próprio cuidado.

– *“Às vezes ele fica agressivo! A relação dos meus pais as vezes tá boa... as vezes ruim. Mas ele nunca bateu nela”.*

– *“Ele passa vergonha, pois ele bebe muito... ele cai na rua. Eu sinto muita vergonha disso”.*

Após esse momento, foi preciso dar uma pequena pausa, para que o entrevistado pudesse relaxar, se acalmar. Fabrício ficou extremamente nervoso, emocionado, o que afetou significativamente na sua expressão oral, impossibilitando o entendimento e compreensão da sua fala.

Essa pausa durou cerca de 13 minutos, e logo após continuamos com a entrevista.

### **Pergunta 03. O que você entende por inclusão?**

– *“Inclusão é dar oportunidade para o deficiente, é ofertar o incentivo. Adaptar. Não adianta botar o deficiente em sala de aula, se não tiver preparo e nada planejado”.*

Verificamos que essa tentativa, nos termos da lei, não da conta de atender a realidade. Infelizmente, temos verificado que, grosso modo, a escola aceita o aluno porque é obrigada, e dessa forma limita cada vez mais os deficientes, acentuando-lhes os estigmas e, conseqüentemente, impedindo o acesso desses alunos ao meio dito normal. (FOGLI, 2008, p. 112).

### **A partir da sua experiência como discente, como se dá a inclusão na Instituição de Ensino que você estuda?**

– *“Não sei falar que a faculdade está preparada ou não, mas no meu caso, na minha deficiência acho que não está. A prova foi meio atrapalhada, meus professores não sabiam o que fazer (isso no início, no primeiro período). Eu tive prova que fiz em casa, porque meus professores não sabiam como fazer”.*

– *“Só que eu não acho justo eu fazer em casa e minha turma fazer aqui, - (na faculdade) – todos têm a mesma capacidade”.*

– *“Porém aqui na faculdade, eu não posso reclamar dos professores não. Na escola os professores não gostavam de explicar. Aqui na faculdade eu peço pros professores repetir, e eles repetem e explicam de novo. Isso é bom. Mas nem sempre o professor consegue”.*

Observa-se que os professores estão enfrentando dificuldades e preocupações por não terem formação adequada para receber esse tipo de clientela e em muitos casos não entendem nem a deficiência que o aluno possui, deparam com situações que exigem muitos esforços, e ainda, o ensino para esses indivíduos é complexo e difícil, sendo um desafio lidar com esta nova relação, além dos olhares que a comunidade escolar pode colocar nesses novos alunos inseridos na sala de aula. (CORDEIRO, 2017, p. 17).

– *“Outra dificuldade, foi que primeiro as aulas eram lá em cima, depois colocaram no primeiro andar por minha causa, e depois voltaram para o quarto andar. Porém embaixo seria melhor e mais fácil. Até para os outros alunos também, pois de vez em quando o elevador quebra e tenho que subir os quatro andares, e quando quebra demora uns três a quatro dias pra arrumar”.*

Quando se fala em inclusão, devemos compreender e ter uma visão macro do processo de ensino, que não seria apenas o conteúdo pedagógico e a aplicação de métodos de aprendizagem, mas também de toda uma estrutura física, política e cultural da Instituição de Ensino.

**Você já teve acesso a algum documento da Instituição sobre Inclusão?**

– *“Nunca tive acesso a nada”.*

**A IES que você estuda apresenta algum projeto ou programa que atenda às suas necessidades educacionais ou a dos demais alunos que apresentem alguma deficiência?**

– *“Pra mim... vou falar de mim. Comigo não”.*

**Você recebeu algum atendimento ou apoio pedagógico da IES?**

– *“Não!”*

**Nem de nenhum profissional ou setor?**

– *“Vou listar pontos positivos e negativos”.*

– *“Positivos: a turma e os professores. A turma é boa; de vez em quando, quando a tutora não vai, eles me ajudam. Ninguém me nega nada. Descem comigo, pegam água. Me ajudam nos exercícios. E os professores são bem comprometidos, a maioria dos professores se empenham. Ajudam!”*

– *“Negativos: foi como se deu, questões materiais, cadeira baixa no início, depois minha tutora, que era uma colega de sala, que saiu do curso. A minha coordenadora, eu respeito demais ela, mas eu esperava muito mais o apoio dela, o empenho. E quando a faculdade parecia que tava avançando, voltava pra trás. Os porteiros me pegavam e levavam pra sala, no intervalo ia na sala me pegar pra levar no banheiro, me ajudavam, mas as vezes isso não acontecia”.*

Fabrizio apresentou-se bem à vontade ao falar de suas experiências vivenciais, manifestando com sorrisos ao falar da turma e de seus professores, pode-se perceber que até sua fala foi mais fácil de compreender.

Contudo, percebemos um real problema de grande parte das instituições de ensino, seja público ou privado, do ensino básico ou superior, que seria a distribuição de tarefas não compatíveis com a função pré-estabelecida pelos funcionários, uma vez que o entrevistado relata que quem o levava ao banheiro eram os porteiros, até porque sua tutora era uma colega de turma, o que impossibilitava e até mesmo a constrangia ao levá-lo ao banheiro. Fabrizio necessita de ajuda, para tirar sua roupa e colocá-lo no assento sanitário, já que não tem habilidade motora para realizar a simples tarefa de desabotoar as calças. (SIC)

Santos (2008) afirma que o processo de inclusão vem sendo construído ao longo do tempo, e que não podemos ter a inclusão como algo único e exclusivo, pois ela é temporária, podendo ser revista sempre que necessária, evitando criar processos mecânicos gerando a exclusão.

### **Quais as barreiras em seu processo de inclusão?**

- *“A primeira foi minha família sendo contra, a única que apoiava era minha mãe. Igual na sala de aula, quando era mais novo, parece que tinham vergonha, era cada um por si. Teve uma época que deu vontade de desistir, primeiro porque eu não queria arrumar inimigos na sala. E também tava sendo difícil fazer trabalhos sozinhos em casa, eu não tinha ninguém pra me ajudar. Em sala de aula a gente consegue, o problema é fora dela”.*

O entrevistado elenca apenas as barreiras das quais se sente inserido, ou da qual percebe estar mais próximo, nesse elemento o mesmo sequer fez alusão a precariedade da política de educação e ao processo de inclusão de modo geral.

**Qual o maior desafio da inclusão?**

– *“O modo como se dá a inclusão. Na minha cabeça, a faculdade é quem deveria preparar os professores. Os profissionais deveriam estar mais preparados. O sistema de ensino não ajuda muito”.*

Fabrício, responsabiliza o contexto da escola e da universidade como os detentores de “ensinar” seus professores a incluir. Sendo que na verdade, o contexto da inclusão, deveria ser maior que isso. O processo de inclusão deveria ser trabalho de forma continua dentro e fora de sala, com os professores e também de forma transversal na formação de outros profissionais, de outras áreas do conhecimento.

**Você percebe que hoje a Educação Superior está pronta para a Inclusão?**

– *“Não, a faculdade hoje em dia precisa saber e conhecer mais o aluno e sua deficiência, e o Estado precisa fazer sua parte”.*

Realizamos uma pequena pausa, para que pudesse beber uma água, ir ao banheiro, descansar, contudo, Fabrício não quis. Apenas demos uma pausa então, para descansar. O entrevistado estava novamente com a fala exaltada, demonstrando cansaço mental.

**Como se dá sua relação acadêmica com os professores e alunos em sala?**

– *“A relação é boa, todo mundo se entende”.*

**Conhece outros alunos com deficiência na IES?**

– *“Conheço alguns só de vista, apesar de ter vontade”.*

**Capacitação por vídeo aulas sobre inclusão, seria uma boa estratégia para que docentes se aproximassem da temática?**

– *“Eu acho que seria. Um curso também seria bom”.*

**Que outras ferramentas de ensino, poderiam ser utilizadas em sala de aula e fora dela, para capacitação e aperfeiçoamento de docentes?**

– *“Ferramentas ligadas à tecnologia, computador, etc. E o interesse delas também”.*



Na sociedade informatizada, estamos aprendendo a conhecer a comunicarmos, ensinar, reaprendendo a integrar o humano e o tecnológico, a integrar o indivíduo, o grupal e o social. É importante chegar ao aluno por todos os caminhos possíveis, experiência, imagem, som, dramatizações, simulações. (MORAN, 2003).

Fabrcio, após se formar em Serviço Social, atualmente, não realiza nenhuma atividade acadêmica, não está trabalhando e ainda reside com sua família na Cidade de Barra Mansa-RJ.

## 5 VÍDEO AULA COMO FERRAMENTA DE CAPACITAÇÃO DOCENTE – PRODUTO DE ENSINO

Sabemos da importância dos meios de comunicação na formação social do indivíduo, seja a mídia escrita, televisiva e principalmente a internet e redes sociais.

O fenômeno da comunicação tem ganhado grandes proporções na cultura mundial, uma vez que permite a disseminação não apenas da cultura, mas principalmente da economia.

Os meios de comunicação são um veículo de propagação de informação rápida, que na contemporaneidade permite-se um acesso mais facilitado de diversas camadas da população, dessa forma é fundamental e importante o debate sobre a educação e a modernidade.

Cruanhês (2000) afirma que,

Na discussão sobre a atualização dos métodos e processos didático pedagógicos surge, em primeiro lugar, hoje, a questão dos meios de comunicação. Os meios de comunicação e de domínio das modernas técnicas de linguagem dizem respeito à qualidade de ensino (CRUANHES, 2000, p. 96).

Ainda nas palavras da autora,

É preciso olhar a aprendizagem, hoje, com outra visão. Quando trazemos para o espaço da escola os novos meios de comunicação, nós damos a estes meios uma função pedagógica. Esta função pedagógica dos Novos meios de comunicação, altera profundamente as relações sociais e políticas. E não passa despercebido para nós, educadores, o enfrentamento que temos. Hoje, os meios de comunicação tais como satélite, vídeos, computadores, televisão e rádio estão invadindo a sala de aula, se não substituindo, trabalhando junto com o professor (CRUANHES, 2000, p. 96).

Podemos afirmar hoje, que a tecnologia se faz presente em praticamente todos os espaços do cotidiano do homem, ofertando maiores possibilidades, dentre elas, um maior conforto, agilidade e comodidade. Trata-se de uma mudança social necessária, frente as novas demandas advindas pela contemporaneidade.

## 5.1 Desenho do Produto

### 5.1.1 Explicação Geral do Produto

A proposta de produto desenvolvido, foi uma capacitação para docentes por vídeo aulas – compreendendo, que no atual estágio de progresso tecnológico, essa é uma ferramenta que pode auxiliá-los no cotidiano escolar, frente a demanda da inclusão de pessoas com deficiência.

Optou-se por um software educativo, por compreendermos que é uma ferramenta que possibilita o alcance maior de docentes, haja visto, que mediante as tecnologias, a vídeo aula pode ser acessada a partir, smartphones, tabletes, notebooks e demais dispositivos eletrônicos com acesso à internet. Essa ferramenta de ensino seria capaz de aprimorar as práticas pedagógicas, influenciando de forma prática e interativa, na motivação para a aprendizagem e aperfeiçoamento do conhecimento necessário ao cotidiano da escola.

O exercício da docência exige mais que dedicação; portanto deve-se associar a aprendizagem à busca constante do conhecimento e aperfeiçoamento, impulsionando a uma melhor qualidade do ensino, ficando o docente, responsável por criar estratégias, práticas, métodos e técnicas que possam lhe auxiliar no trato das demandas de seu dia a dia no espaço escolar.

É indispensável para o professor, a busca pela capacitação continuada, para compreender novas demandas surgidas no contexto educacional, atendendo assim, a necessidade de se adotar novas estratégias pedagógicas, como no caso da inclusão de alunos com deficiência.

Na perspectiva dessa problemática, que é a inclusão no Ensino Superior, a relevância de nossa proposta de pesquisa, é contribuir com o estudo da garantia de direitos, cidadania, inclusão e diversidade das mais variadas formas no Ensino Superior.

Frente a isso, a educação hoje,

(...) apresenta uma riqueza de métodos pedagógicos que, se de um lado é benéfica, de outro evidencia que ainda não se atingiu uma posição ideal. Com as experiências e descobertas realizadas no campo da pedagogia e da psicologia, com a grande variedade de recursos técnicos disponíveis, com a quantidade de publicações ao nosso alcance e com a rapidez das

informações, o educador não pode se limitar à reprodução de conteúdos sistematizados, mas ser um produtor de conhecimentos que tenham significação para os educandos e os tornem capazes de distinguir o que é fragmento do que é totalidade, o que é contingente do que é necessário. (PEREIRA, 1999).

Considerar a educação escolar num contexto contemporâneo requer pensar na diversidade e pluralidade, afirma Nascimento (2012). A Instituição de ensino deve focar numa formação de indivíduos que necessitam ser respeitados e valorizados em sua singularidade.

Diante dessa realidade Libâneo (2005) expõe:

A pedagogia quer compreender como fatores socioculturais e institucionais atuam nos processos de transformação dos sujeitos mas, também, em que condições esses sujeitos aprendem melhor. Destaca-se no contexto social contemporâneo a contradição entre a pobreza de muitos e a riqueza de poucos, entre a lógica da gestão empresarial e as lógicas da inclusão social, ampliando as formas explícitas e ocultas de exclusão. As escolas e as salas de aula têm contribuído pouco para a superação dessas contradições, (...). (LIBÂNEO, 2005).

Logo, a Universidade pode ser situada como um sistema complexo de relações que devem primar pelo equilíbrio, não tratando somente a relação homem/ natureza, mas tratando suas relações num todo.

É nesse sentido que se justifica a proposta, uma vez que, há a necessidade de se estabelecer metodologias mais atuais para atender às demandas de um aluno com deficiência, assim como políticas educacionais, que visem fortalecer a proposta da inclusão, no sentido de fornecer técnicas apropriadas aos docentes em questão.

### 5.1.2 Teoria da aprendizagem Utilizada

Na contemporaneidade, o processo de ensinar se equipara aos conteúdos de aprendizagem, ficando o docente na responsabilidade de criar estratégias se baseando em metodologias que possam atender às demandas sociais, formando um profissional crítico-reflexivo, capaz de transformar o cotidiano, minimizando a violação de direitos e desigualdades trazidas para sala de aula, rompendo com o ensino tradicional, que por vezes, possibilitaria a exclusão de alunos, não levando em consideração seus aspectos sociais, culturais, biológicos e clínicos, que no caso, são àqueles que apresentam alguma deficiência.

As transformações sociais, econômicas, políticas, culturais e tecnológicas das últimas décadas têm impactado de forma significativa a vida das pessoas, as relações estabelecidas entre elas, o mundo do trabalho e, por conseguinte, a escola. Esta última talvez seja a que mais tem sido “sacudida”, dada a solidez histórica de sua estrutura. (DIESEL et al., 2017, p. 268).

É preciso adotar dentre as estratégias de ensino-aprendizagem, aquelas que sejam capazes de responder a esses novos desafios, propondo de forma criativa e dinâmica uma aprendizagem significativa, permitindo ao docente uma nova contextualização de sua prática.

Nesse sentido,

(...), é possível inferir que, em oposição às experiências pedagógicas “sólidas” e conteudistas, as atuais demandas sociais exigem do docente uma nova postura e o estabelecimento de uma nova relação entre este e o conhecimento, uma vez que cabe a ele, primordialmente, a condução desse processo. Com efeito, essas exigências implicam em novas aprendizagens, no desenvolvimento de novas competências, em alteração de concepções, ou seja, na construção de um novo sentido ao fazer docente, imbuído das dimensões ética e política. (DIESEL et al., 2017, p. 269 apud BASSALOBRE, 2013).

Dessa forma, entende-se que as Metodologias Ativas, se apresentam como um recurso didático, capaz de proporcionar fundamentação crítica e autônoma a quem utiliza; despertando a curiosidade e interesse pelo contexto no qual está inserido.

“A metodologia utilizada pelo educador pode ensinar o educando a ser livre ou submisso, seguro ou inseguro; disciplinado ou desordenado; responsável ou irresponsável; competitivo ou cooperativo” (PAIVA et al., 2016, p. 147).

Permitir ao educando a construção dos significados de forma conjunta, estabelece um canal maior de aprendizado, pautado numa relação que ativa esse processo, onde o ensino não se limita a habilidade de dar aulas, mas também a possibilidade da efetivação de levar ao aprender.

Assim, o “educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo” (PAIVA et al., 2016, p. 147).

Gomes et al. (2011) consideram metodologias ativas para o ensino-aprendizagem, como um método que articula a universidade, o serviço e a comunidade por criar possibilidades de leitura e intervenção rápida com a realidade. Devido à complexidade nos processos de ensino-aprendizagem, este método visa

permitir a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), extinguindo assim, o aprendizado pela memorização mecânica. Com isso, obtém-se um processo que valoriza a construção do conhecimento de forma coletiva em diferentes conhecimentos, além de promover maior liberdade nas questões do pensar e das ações nos trabalhos em equipe.

As possibilidades para desenvolver metodologias ativas de ensino-aprendizagem são múltiplas, afirma Paiva (2016),

Vale esclarecer que outros procedimentos também podem constituir metodologias ativas de ensino aprendizagem, como: seminários; trabalhos em pequenos grupos; relato crítico de uma experiência; socialização; mesas-redondas; plenárias; exposições dialogadas; debates temáticos; oficinas; leituras comentadas; apresentação de filmes; interpretações musicais; dramatizações; dinâmicas lúdico-pedagógicas; portfólio; avaliação oral; entre outros. (PAIVA et al., 2016, p. 147).

Para tanto, o produto em desenvolvimento, tendo como base, a metodologia ativa, permite que o saber seja construindo de forma conjunta e compartilhada, possibilitando, a partir de um estudo de caso, aproximar os conceitos de Inclusão, Deficiência e tecnologia, sendo uma importante metodologia com potenciais ferramentas para profissionais da educação.

Moran (2003), coloca que com as mudanças na sociedade, as formas de ensinar também sofreram alterações, tantos os professores como os alunos percebem que muitas aulas convencionais estão ultrapassadas. Para tanto,

Mudanças na educação é importante para mudar a sociedade. As tecnologias estão cada vez mais em evidência e os investimentos visam ter cada classe conectada à Internet e cada aluno com um notebook; investe-se também em educação a distância, educação contínua, cursos de curta duração. Mas só tecnologia não basta. “Ensinar é um desafio constante” (MORAN et al., 2003).

O ambiente de construção do conhecimento, proposto nesse estudo, não será àquele compartilhado formalmente através de uma lousa ou slides, comumente utilizado por docentes e demais profissionais para “passar o assunto” desejado. Utilizaremos de um ambiente virtual, que comparado às redes sociais em voga hoje, permite a todos, o acesso igualitário e ágil, que seria a plataforma de distribuição digital de vídeos – YouTube.

Na sociedade informatizada, estamos aprendendo a conhecer a comunicar-nos, ensinar, reaprendendo a integrar o humano e o tecnológico, a integrar o indivíduo,

o grupal e o social, afirma Moran (2003). É importante chegar ao aluno por todos os caminhos possíveis, experiência, imagem, som, dramatizações, simulações. Ensinar não é só falar, mas se comunicar, com credibilidade, falando de algo que conhecemos e vivenciamos e que contribua para que todos avancemos no grau de compreensão do que existe. As principais reações que o bom professor/ educador desperta no aluno são: confiança, credibilidade e entusiasmo.

## 5.2 Detalhamento do Produto

O Produto Educacional em desenvolvimento, propõe explorar temáticas relativas à Inclusão da Pessoa com Deficiência, a partir da visão de especialistas, pesquisadores e docentes que vivenciam a prática da inclusão. Assim, com a criação de um Canal no YouTube, serão disponibilizados breves relatos em formato de vídeo aula.

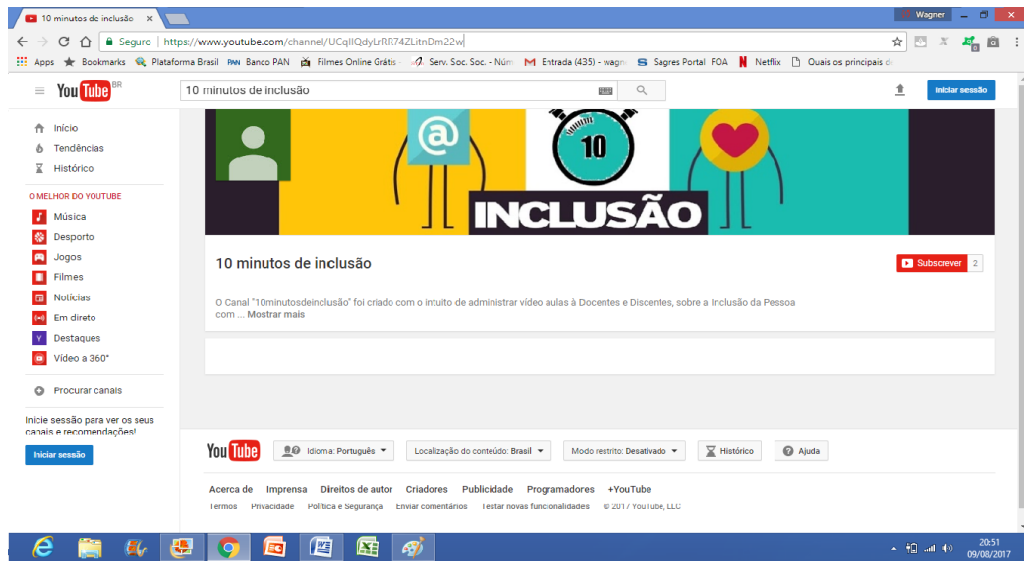
A Rede Social YouTube, fundada em 2005 por Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim, foi lançada originalmente como uma ferramenta tecnológica, na tentativa de eliminar barreiras técnicas para compartilhamento de vídeos na internet, onde, de forma bem simples o usuário se conectava e podia fazer o upload, publicar e assistir vídeos, além da possibilidade de se conectar a outros usuários.

A partir disso, Burgess e Green (2009), enfatizaram uma questão sobre a rede social YouTube, “seria outra moda passageira, amada pela turma da tecnologia? Uma invenção inteligente que as pessoas precisariam ser convencidas a usar? Ou uma plataforma de distribuição de mídia, como a televisão?”

Dessa forma, podemos considerar o YouTube como uma plataforma destinada à expressão pessoal e um agregador de conteúdo; que expressa variadas formas de valores culturais, sociais e econômicos que são produzidos coletivamente em massa. O Canal proposto, para o produto acadêmico, tem como nome “**10 minutos de Inclusão**”, canal este em processo de desenvolvimento, elaboração dos roteiros, filmagem, edição, assim como o layout do mesmo.

Para acessar o canal, o usuário deve entrar na plataforma do YouTube pelo aplicativo no smartphone, colocando como palavra chave de busca “10 minutos de inclusão”, ou pelo site no YouTube em computadores e similares.

Figura 4 - Layout Canal “10 minutos de inclusão” por plataforma Desktop (notebook)



Fonte: do autor, 2019.

Figura 5 - Layout Canal “10 minutos de inclusão” por plataforma Smartphone



Fonte: do autor, 2019.



### 5.2.1 Teaser de apresentação do Canal

Entendendo a proposta de um Teaser, que seria detalhar sobre o canal, nesse vídeo, apresentaremos de forma breve, a proposta do canal e suas características, sendo a vídeo aula uma proposta de apresentar relatos e experiências de profissionais que vivenciam a prática da inclusão, construindo de forma conjunta os caminhos e saberes da inclusão.

Figura 6 - Layout Teaser de Apresentação



Fonte: do autor, 2019.

### 5.2.2 Vídeo aula 1

Na Vídeo aula 1, abordamos o contexto educacional de forma geral, suas possibilidades, limitações e contradições frente a contemporaneidade.

A vídeo aula apresentada em formato digital, com aproximadamente 10 minutos, conforme proposta do Canal. Convidamos a Prof. Dr.<sup>a</sup> Luiza Angélica Paschoeto Guimarães. (Doutora em Educação pela PUC-Rio) – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7338886850792901>

A Constituição Brasileira de 1988 dispõe a educação como um direito social (art. 6º) e condição para a cidadania. E na seção destinada à educação, que compreende os artigos 205 a 214, estabelece as bases para que esse direito seja

garantido. Ocorre que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim como diversas leis complementares dos três sistemas de ensino (federal, estaduais e municipais) foram elaboradas de modo a oferecer à população a educação, entretanto, o que se vê na prática, é a garantia do acesso sem, contudo, garantir a permanência da pessoa com a qualidade esperada.

Não se consegue oferecer a educação de qualidade porque esta qualidade não passa apenas por verbas públicas ou por políticas afirmativas ou por processos avaliativos burocráticos. É necessário muito mais que isso. É preciso valorizar a pessoa do professor e a do estudante. É preciso constituir uma prática política mais ética, na qual a sociedade como um todo, perceba o valor da escola e das práticas educacionais. É preciso oferecer às famílias as condições mínimas de criar seus filhos com dignidade, gerar emprego e renda e coisas que venham garantir a qualidade de vida da população, como a saúde, por exemplo.

Não se pode garantir o direito à educação com leis e decretos. O direito à educação precisa ser garantido pelas ações éticas do governo, para então, a partir do exemplo, despertar em todos, a mesma ética.

A escola não transforma a sociedade, ao contrário, é a sociedade que transforma a escola. Os valores sociais são construídos pela cultura, a escola (e o que se ensina em seu interior) é apenas um recorte dessa cultura. A sociedade só pode ser transformada por ela mesma, em um esforço conjunto de todas as instituições e sujeitos sociais. Não há transformação social sem o desejo da própria sociedade.

A partir disso, apresentaremos uma visão filosófica e contextual da política de educação, pontuando tópicos importantes sobre o contexto histórico em que essa política está inserida.

Figura 7 - Layout Vídeo aula 1



Fonte: do autor, 2019.

### 5.2.3 Vídeo aula 2

Na Vídeo aula 2, abordaremos o contexto da Educação Infantil alfabetização, de como lidar com a construção do conhecimento, decodificar e codificar a construção da escrita e leitura, falando de alunos incluídos da rede regular de ensino. Tornando a criança parte do processo de inclusão. A proposta da vídeo aula será Ministrada pela Professora Adriana Toledo, Professora especialista em Alfabetização. O vídeo tem aproximadamente 07 minutos.

Figura 8 - Layout Vídeo aula 2



Fonte: do autor, 2019.

#### 5.2.4 Vídeo aula 3

A vídeo aula será ministrada pela Professora Mestre Andréa Oliveira Almeida, Pedagoga, Mestre em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente. Andréa é professora e Interprete de Libras. <http://lattes.cnpq.br/8256143857048528>.

A proposta é falar sobre o papel professor frente a inclusão, levando em consideração o espaço da escola e da Universidade, sendo o professor de fundamental importância nesse contexto, uma vez que ele permite ao aluno os novos caminhos para o aprendizado. O professor deve ter antes de mais nada uma postura livre de preconceitos e segregações. A Professora Andreia salienta sobre os aspectos relativos ao aluno surdo, sendo o interprete de libras fundamental nesse processo de ensino aprendizagem. O vídeo tem aproximadamente 10 minutos.

Figura 9 - Layout Vídeo aula 3



Fonte: do autor, 2019.

#### 5.2.5 Vídeo aula 4

A referida aula também será realizada pela Professora Mestre Andrea Oliveira Almeida, onde a mesma retratará a partir da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, os aspectos relativos a sala de aula e o modo de aprendizagem do aluno surdo. O vídeo tem aproximadamente 10 minutos.

Figura 10 - Layout Vídeo aula 4



Fonte: do autor, 2019.

### 5.2.6 Vídeo aula 5

Nessa vídeo aula, contaremos com a participação do Professor Mestre Bruno Brandão Augusto – Lattes <http://lattes.cnpq.br/5520825115165741>. Bruno é Pedagogo, especialista em Psicopedagogia e Mestre em Educação, Comunicação e Cultura pela UERJ. O vídeo tem aproximadamente 05 minutos.

Figura 11 - Layout Vídeo aula 5



Fonte: do autor, 2019.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento pela educação inclusiva se baseia em aspectos legais, pedagógicos e históricos, porém antes de tudo, está pautado no compromisso de se estabelecer um ensino igual, de qualidade e justo, para todos aqueles que apresentem alguma deficiência e/ou processos educativos especiais, necessitando de uma atenção maior com relação as novas práticas de ensino.

A Educação Inclusiva,

constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que julga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.” (BRASIL, 2010, p. 9).

Dessa forma, ao se ter a ideia de que é preciso confrontar os sistemas de ensino, rompendo com o modelo tradicional, e propondo novas práticas, utilizando-se de novas ferramentas, seria possível superar a discriminação, a segregação e ainda, apreender novas culturas de ensino, afirmadas num contexto de construção do aprendizado mútuo.

Nesse sentido, as metodologias ativas permeiam e adentram o espaço da educação, propondo uma metodologia participativa, no qual o conhecimento é construído e adquirido de forma autônoma e criativa, ficando o professor como um mediador desse processo.

Considerando os marcos de regulação do Ensino Superior, como podemos estabelecer o processo de inclusão de pessoas com deficiência, considerando o relato vivencial desses sujeitos, a partir da relação instituição-discentes-docentes?

Deste modo, tivemos como objetivo geral, analisar o processo de Inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior, a partir do estudo de caso em uma IES – no perfil de Centro Universitário, no intuito de subsidiar a capacitação de discentes e docentes.

Buscamos uma maior aproximação com o tema em questão, realizando um estudo de caso, baseado no cotidiano de um discente com Paralisia Cerebral, sendo possível, a partir da análise de discurso, conhecer de forma íntima os significados,

experiências e frustrações frente ao Universo do Ensino Superior, bem como, de que modo os docentes experimentam tal questão.

Para responder tais questionamentos, propomos a criação de um canal no YouTube, com o objetivo de capacitar docentes, por relatos profissionais sobre inclusão, no sentido de ofertar uma maior aproximação com o tema, de forma interativa e dinâmica.

É indispensável para o professor, a busca pela capacitação continuada, para compreender novas demandas surgidas no contexto educacional, atendendo assim, a necessidade de se adotar novas estratégias pedagógicas, como no caso da inclusão de alunos com deficiência.

Na perspectiva dessa problemática, que é a inclusão no Ensino Superior, a relevância de nossa proposta de pesquisa, é contribuir com o estudo da garantia de direitos, cidadania, inclusão e diversidade das mais variadas formas no Ensino Superior.

Diante do exposto, recomenda-se que sejam desenvolvidos estudos de acompanhamento e avaliação dessas estratégias de ensino aprendizagem.



## REFERÊNCIAS

ALVES, David de Abrel. **As Pessoas Com Deficiências E Sua Inserção No Mundo Educacional Escolar: Uma Revisão Bibliográfica**. IN: Revista Educação, Artes e Inclusão. Volume. 14, n. 4, out./dez. p. 07-33, 2018.

AMARAL, Lígia Assumpção. **Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação**. In: DIFERENÇAS E PRECONCEITOS NA ESCOLA: Alternativas teóricas e Práticas. Julio Groppa Aquino (org.) São Paulo Summus Editorial, 1998.

BAUER, Martin W. e Gaskell, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem, e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 06 de Julho de 2015 Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (**Estatuto da Pessoa com Deficiência**). Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2010.

BURGESS, Jean. **YouTube e a revolução Digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade** / Jean Burgess e Joshu Green. Tradução Ricardo Giassetti. – São Paulo: Aleph, 2009.

CANÊDO, Francine Machado. **Compromisso com a transformação social? Pessoas com deficiência, inclusão e acessibilidade no ensino superior: o Centro Universitário Geraldo Di Biase de Volta Redonda**. Monografia (Serviço Social). Instituto de Ciências Sociais e Humanas. Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda/RJ 2013.

CARVALHO, J.S. (Org.) **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis. Vozes: 2004.

CORDEIRO, Catia Muniz. O papel do tutor no contexto da Educação Inclusiva: formação e dificuldades. **Revista Educação em foco**, Edição n, 9, Ano, 2017.

COSTA, Ernani Damasceno. **Educação, Cidadania e Preconceito**. Manaus, 2007. 22 p. Monografia (Especialização) - Universidade de Brasília. Centro de Ensino a Distância, 2007.

COSTA, Marco Antonio F. da. **Projeto de pesquisa: entenda e faça**. Marco Antonio F. da Costa, Maria de Fátima Barroso da Costa. 4. Ed. Revista e atualizada – Petrópolis: Vozes, 2013.

CRUANHES, Maria Cristina dos Santos. **Cidadania: Educação e Exclusão Social**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2000.

DARTIGUES, André. **O que é a fenomenologia?** 3. ed. São Paulo: Moraes, 1992.

DIESEL, A.; BALDEZ, A. L. S.; MARTINS, S. N. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. **Revista Thema**, v. 14, n. 1., p. 268-288, 2017.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil**. 23.ed. São Paulo: Ática, 2011.

DUARTE, Emerson Rodrigues et al. Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. **Rev. bras. educ. espec.** [online], v. 19, n. 2, p. 289-300, 2013.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo. **O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas**. In: Educação e Pesquisa, Revista de Educação da USP. São Paulo, v.33, n.3, p. 543-560, set./dez. 2007.

FERREIRA, Simone de Lucena; BIANCHETTI, Lucídio. **As tecnologias de informação e de comunicação e as possibilidades de interatividade para a educação**. In: PRETTO, Nelson de Luca. (org.) Tecnologias e novas educações. . Salvador: Edufba, 2005. p. 153 a 165.

FOGLI, Bianca F.C. dos Santos; SILVA FILHO, Lucindo Ferreira; OLIVEIRA, Margareth M.N. dos Santos de. **Inclusão na educação: uma reflexão crítica da prática**. In: SANTOS, Monica Pereira dos. PAULINO, Marcos Moreira. (orgs.) Inclusão em Educação: Culturas, Políticas e Práticas. – São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, P. **A educação como prática da liberdade**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREITAS, Neli Klix. Educação inclusiva e cidadania: aproximações e contradições. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 5, n. 1, maio, 2011.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, R. **Um novo olhar sobre a integração do deficiente**. In: MANTOAN, M. T. E. (Org.). A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon; SENAC, 1997. p. 196-201.

GOMES, A. P.; REGO, S. Transformação da educação: é possível formar um novo cidadão a partir de mudanças no método de ensino-aprendizagem? **Rev. bras. educ. amb**. Rio de Janeiro, v.35, n.4, p.557-566, dez/2011.

GOMES, Alberto Albuquerque. **Estudo de caso – planejamento e métodos.** Nuances: estudos sobre Educação. Presidente Prudente, SP, ano XIV, v. 15, n. 16. P. 215-221, Jan./Dez. 2008.

LIBÂNEO, J. C.; SANTOS, A. **As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo.** In: Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade. Campinas, SP: Alínea, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A inclusão escolar de deficientes mentais: contribuições para o debate.** In: MANTOAN, M. T. E. Ser ou estar eis a questão: explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997. p. 137-154.

\_\_\_\_\_. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar)

\_\_\_\_\_. **O direito à diferença na igualdade de direitos.** In: O Desafio das Diferenças nas Escolas. Programa Salto para o Futuro. Boletim 21, Novembro/ 2006.

MEDRADO, Benedito. e SPINK, Mary Jane. Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano – aproximações teóricas e metodológicas.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde.** 4. ed. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC – ABRASCO, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa social – teoria, método e criatividade.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAN, José Manuel. O vídeo na sala de aula. Revista Comunicação & Educação, São Paulo, ECA-Ed Moderna, v. 2, n. 2, jan./abr., p. 27-35, 1995.

MORAN, José. **Mudando a educação com metodologias ativas.** [Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Vol. II] Carlos Alberto de Souza e Ofelia Elisa Torres Morales (orgs.). PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015.

MORAN, José Manuel. MASETTO, Marcos. APARECIDA, Marilda. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 6.ed. São Paulo: Papirus, 2003.

MOREIRA, Laura Ceretta. **Acesso e permanência de pessoas com necessidades especiais no Ensino Superior.** In: Ponto de Vista: Revista de Educação e Processos Inclusivos. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação – v.1, n. 1 – Florianópolis: NUP/CED, 1999.

NASCIMENTO, Gilda Aparecida; MENDONÇA, L. L. A escola como espaço de vivência da cidadania. **Plures Humanidades**, Ribeirão Preto, v.13 n.1, p.101-117, Jan./Jun., 2012.

NUNES, Mário Luiz Ferrari; NEIRA, Marcos Garcia. Processos de inclusão excludente presentes no ensino superior privado. **Educ. Real**. [online]., v. 39, n. 4, p. 1209-1228, 2014.

PAIVA, M. R. F.; PARENTE, J. R. F.; BRANDÃO, I. R.; QUEIRIZ, A. H. B. **Metodologias Ativas de Ensino Aprendizagem: Revisão Integrativa**. SANARE, Sobral – V.15, n.2. p. 145-153, Jun./Dez. – 2016.

PEREIRA, A.; SANTOS, J. M. **Cosmovisão, Epistemologia e Educação: uma compreensão holística da realidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Gama Filho, v. 1, 1999, 176p.

PEREIRA, M. M. **Inclusão e universidade**: análise de trajetórias acadêmicas na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. 2007. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007

PRADO, Maria Elisabette Brisola Brito. **O uso do computador na formação do professor: um enfoque reflexivo da prática pedagógica**. MEC/PROINFO, 1999. (Coleção Informática para mudança na Educação).

RAFAEL, Marcia Cristina. **Educação, Trabalho e Cidadania**. Revista Eletrônica da Faculdade de Educação, Administração e tecnologia de Ibaiti, v.8, 2010. Disponível em:  
<<http://www.feati.edu.br/revistaeletronica/downloads/numero8/educacaoTrabalhoCidadania.pdf>>. Acesso em: 10 Nov. 2018.

REPOLHO, S. M.; PEREIRA, C. O.; PALHETA, R. M. S. **A Formação do Professor Frente a Educação Inclusiva de Pessoas com Deficiência**. IN: Revista Educação, Artes e Inclusão. Volume. 14, nº 4. Out./Dez. p. 34-56, 2018.

RIBEIRO, Marlene. **Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais**. In: In: Educação e Pesquisa, Revista de Educação da USP. São Paulo, v. 28, n. 2, p. 113-128, jul./dez. 2002.

RODRIGUES, D. A. Inclusão na universidade: limites e possibilidades da construção de uma universidade inclusiva. **Rev. de Educação Especial da UFSM**, n. 23, 2004. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2004/01/r1.htm>>. Acesso em: 29 fev. 2017.

ROSSETO, E. **Sujeitos com deficiência no ensino superior: vozes e significados**. 2009. 238 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em:

<[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&o\\_obra=185746](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=185746)>. Acesso em: 29 fev. 2017.

VENTURA, Magda Maria. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa**. Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./ out. 2007.

PLAISANCE, Eric. **Ética e inclusão**. Translated by Fernanda Murad Machado. Cad. Pesqui. [online], v. 40, n. 139, p. 13-43, 2010.

SANTIAGO, Mylene Cristina; SANTOS, Mônica Pereira dos. Planejamento de Estratégias para o Processo de Inclusão: desafios em questão. **Educ. Real**. [online], v. 40, n. 2, p. 485-502, 2015.

SANTOS, Monica Pereira dos. PAULINO, Marcos Moreira. (orgs.) **Inclusão em Educação: Culturas, Políticas e Práticas**. São Paulo: Cortez, 2008.

SAWAIA, B. B. (Org.) As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade. Petrópolis, RJ: Vozes. 2001.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

YASBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

## APÊNDICE A

### Consentimento Livre e Esclarecido

Instituição Responsável pela Pesquisa:

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA / UniFoa

Pesquisador Responsável

(Nome: Wagner Nery Copola, Telefone: 24 – 999178457, e-mail: wagnercopola@gmail.com)

**Título da Pesquisa:**

Inclusão de Pessoas com Deficiência: vídeo aula como ferramenta de capacitação docente

Prezado (a) Sr (a),

O(a) Sr(a) está convidado para participar, voluntariamente, de uma entrevista prestada ao **Wagner Nery Copola**, discente do Curso de Mestrado **Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente** da Instituição de Ensino abaixo qualificada.

**Centro Universitário de Volta Redonda / UniFoa**

Peço que leia (ouça) com atenção as informações a seguir antes de dar o seu consentimento. A pesquisa tem como objetivo: Analisar o processo de Inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior, a partir do estudo de caso em uma IES – no perfil de Centro Universitário, no intuito de subsidiar a capacitação de discentes e docentes.

Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos – CEP do UGB, protocolado sob nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, que analisou os possíveis riscos e implicações legais.

Sua participação neste estudo é voluntária. As entrevistas serão gravadas para transcrição e análise. A qualquer momento o(a) Sr(a) tem plena liberdade para se retirar da entrevista, assim como ouvir as gravações e retirar trechos que julgar necessário.

Caso haja necessidade, V.S<sup>a</sup>. poderá dispor de um tempo para refletir, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-lo na tomada de decisão livre e esclarecida.

Como benefícios, a referida pesquisa poderá contribuir para a elaboração de estratégias **sobre a Inclusão de pessoas com deficiência, bem como ações e metodologias para o trabalho docente, além de subsidiar o aprimoramento da política de inclusão na IES.**

Antes de concordar em participar da pesquisa e a qualquer momento da mesma, o(a) Sr(a) pode e deve abordar todas as perguntas que julgar necessário.

Sua identificação será mantida como informação confidencial. Os resultados do estudo serão divulgados e/ou publicados através de artigos científicos, em revistas, jornais, jornadas, congressos e eventos científicos sem que sejam reveladas as identidades dos participantes.

Não haverá, sob nenhum pretexto, despesas por parte de V.Sas. quanto à sua participação nesta pesquisa.

Eu **Fabício Fabiano Carvalho Moreira**

Abaixo assinado concordo em participar voluntariamente desta pesquisa.

Declaro que li (ouvi) e entendi todas as informações referentes a este estudo e que todas as perguntas foram respondidas adequadamente pelo(a) pesquisador(a).

| <b>Nome Completo</b>                              | <b>Assinatura</b>           | <b>Rubrica</b> |
|---|-----------------------------|----------------|
| Participante:<br>Fabício Fabiano Carvalho Moreira | *impossibilitado de assinar |                |
| Pesquisador:<br>Wagner Nery Copola                |                             |                |

Volta Redonda, 27 de Março de 2017.

**Contato CEP-UGB**

**Endereço: Rua Deputado Geraldo Di Biase, nº 81, Aterrado Volta Redonda**

**Tels: 24- 33451700 Email: cepugb@ugb.edu.br**

## APÊNDICE B

### Instrumento de Coleta de Dados

- 1) O que é deficiência para você?
- 2) Qual a sua deficiência e limitações?
  - 2.1 – Como você convive cotidianamente com a sua deficiência?
    - 2.1.1 – consigo mesmo.
    - 2.1.2 – com a família;
    - 2.1.3 – com as demais pessoas (ambiente profissional e escolar);
    - 2.1.4 – com as barreiras físicas;
    - 2.1.5 – com a mobilidade;
  - 2.2 – Qual foi seu maior desafio até hoje enfrentado?
  - 2.3 – Como sua família convive com suas limitações?
- 3) O que você entende por Inclusão?
- 4) A partir da sua experiência como discente, como você avalia a inclusão na Instituição em ensino que você estuda?
  - 4.1 – Você tem/ teve acesso a algum documento da Instituição sobre inclusão?
  - 4.2 - A IES que você estuda apresenta algum projeto ou programa que atende às suas necessidades educacionais ou de outros alunos que apresentam algum tipo de deficiência?
  - 4.3 – Você recebeu algum atendimento ou apoio pedagógico especializado da IES?
- 5) Quais as barreiras enfrentadas em seu processo de inclusão na IES?
- 6) Segundo sua experiência, qual o maior desafio para realizar, de fato, a Inclusão de pessoas com deficiência?
- 7) Você percebe que, atualmente, houve algum progresso no processo de inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior?
- 8) Apresente uma avaliação de sua percepção acerca da relação acadêmica com os professores e alunos.
- 9) Conhece outros alunos com deficiência na sua IES? Se relaciona com eles?
- 10) Como você avalia a necessidade de capacitação para os docentes atuarem com alunos deficientes?
- 11) Uma estratégia possível de capacitação sobre a inclusão de alunos deficientes é o uso de material produzido por vídeo aula. Na sua avaliação seria uma estratégia eficaz?
- 12) Que outras ferramentas de ensino, poderiam ser utilizadas para capacitação e aperfeiçoamento de docentes?



## ANEXO A

CENTRO UNIVERSITÁRIO  
GERALDO DI BIASE - CUGB



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Inclusão de Pessoas com Deficiência: vídeo aula como ferramenta de capacitação docente. Um Estudo de Caso

**Pesquisador:** Wagner Nery Copola

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 67159417.1.0000.5609

**Instituição Proponente:** FUNDACAO EDUCACIONAL ROSEMAR PIMENTEL

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 2.128.323

**Apresentação do Projeto:**

Adequado aos itens exigidos.

**Objetivo da Pesquisa:**

Está coerente.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

De acordo.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

É um projeto relevante, no que diz respeito à inclusão, principalmente, por tratar-se de um "Estudo de caso", o que confere autenticidade à proposta da pesquisa.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Estão, de maneira geral, adequados,

**Recomendações:**

Na hora de redigir o texto, partir das suposições que orientaram a pesquisa.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto apresenta embasamento teórico consistente, constituindo-se como uma ferramenta útil, em termos de inclusão.

**Endereço:** GOVERNADOR LUIS MONTEIRO PORTELA  
**Bairro:** ATERRADO **CEP:** 27.213-080  
**UF:** RJ **Município:** VOLTA REDONDA  
**Telefone:** (24)3345-1700 **E-mail:** wefec@ugb.edu.br

Continuação do Parecer: 2.128.323

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento  | Arquivo  | Postagem               | Autor              | Situação |
|---|--|------------------------|--------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P<br>ROJETO_888836.pdf | 08/05/2017<br>16:44:02 |                    | Aceito   |
| Folha de Rosto  | FolhadeRosto.pdf                                 | 17/04/2017<br>16:11:27 | Wagner Nery Copola | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_2.pdf                                       | 17/04/2017<br>15:33:30 | Wagner Nery Copola | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_1.pdf                                       | 17/04/2017<br>15:33:05 | Wagner Nery Copola | Aceito   |
| Outros  | ROTEIRO.docx                                     | 27/03/2017<br>20:37:25 | Wagner Nery Copola | Aceito   |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | ProjetoMecma.docx                                | 27/03/2017<br>16:44:45 | Wagner Nery Copola | Aceito   |

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

VOLTA REDONDA, 20 de Junho de 2017

Assinado por:  
Wellington Leoncio Costa  
(Coordenador)

Endereço: GOVERNADOR LUIS MONTEIRO PORTELA  
 Bairro: ATERRADO CEP: 27.213-080  
 UF: RJ Município: VOLTA REDONDA  
 Telefone: (24)3345-1700 E-mail: welec@ugb.edu.br